

AGRADECIMENTOS

A equipa do Projecto IUNO - sensibilização e informação sobre violência doméstica e sexual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima agradece a todas as instituições e profissionais que colaboraram de forma directa para que sua prossecução fosse possível e para que os resultados alcançados se convertessem em pontos de partida para novas intervenções.

As experiências de trabalho partilhadas, os saberes práticos otimizados, as directrizes apresentadas, a criatividade permanentemente testada e o apoio e suporte dispensados em todo o processo pelas entidades parceiras e pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, merecem o nosso profundo reconhecimento e gratidão.

Gostaríamos, contudo, de personalizar este agradecimento, dirigindo-nos aos profissionais que nos acompanharam de forma mais próxima neste percurso:
a Sónia Barbosa e Paulo Fonseca da Direcção Regional de Educação do Norte/Ministério da Educação;

a Carla Machado, do Departamento de Psicologia da Universidade do Minho;

a Ema Gonçalves, da Fundação da Juventude;

a todos os elementos da Estrutura Técnica da Pequena Subvenção da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres;

a todas as escolas que acolheram o Projecto IUNO e que serão nomeadas neste relatório final de actividades;

Ao senhor Presidente da APAV, Dr. Manuel António Ferreira Antunes, e a todos os colegas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, em especial a João Lázaro, Nuno Borges, Sílvia Gonçalves e Carmen Correia.

A todos, o nosso merecido agradecimento e os votos de continuação de um bom trabalho.

A equipa do Projecto IUNO,

Rosa Saavedra
coordenadora

Ana Castro Sousa
directora

Isabel Lima
técnica Estatística

Hugo Padilha, Elisabete Hilário e Isabel Braz
dinamizadores

NOTA INTRODUTÓRIA

A sensibilização e informação sobre a violência doméstica e sexual é um dos objectivos permanentes da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) que agora se espelha no Projecto IUNO que é, seguramente, um dos mais significativos em Portugal, neste domínio e na área da Educação.

É inquestionável a estreita relação que existe entre experiência educativa e construção da personalidade, sobretudo nas idades mais precoces. Esta experiência pode ser informal, quando em ambiente doméstico, familiar; e formal, quando diz respeito ao direito que as crianças e adolescentes têm de frequentar uma escola e a beneficiarem de planos de estudos considerados adequados às suas idades, à sociedade em que se inserem e à sua cultura. A par desta educação formal, pode ainda ser desenvolvida uma educação não-formal, distinta da formal, quando integrada no planeamento; e ocorre em meio escolar, perseguindo finalidades e objectivos compatíveis e adequados.

A violência doméstica é internacionalmente reconhecida como um grave problema social, que compromete seriamente a paz social, o desenvolvimento da civilização, a saúde pública, o crescimento económico e a qualidade de vida, na medida em que tende a reproduzir-se de geração em geração, ou a beneficiar de determinados factores socioculturais que a perpetuam, e, com ela, com frequência, problemas associados de pobreza, de insucesso escolar e profissional, de depressão psiquiátrica, de toxicod dependência, de alcoolismo, de suicídio, de famílias problemáticas e de comunidades sob o risco da violência. A violência doméstica é, pois, um gravíssimo problema, carente de políticas públicas, que se reveste de um carácter urgente, se bem atentarmos nas suas implicações presentes e futuras. Daí a importância de, nas escolas, a par da educação formal, se estabelecerem acções de uma tal educação não-formal que, ainda que não integradas no plano curricular formal, se coadunam com ele e correspondem à política educativa que o informa. Daí também a importância da palavra e da acção que, aliadas numa criatividade bem recebida junto dos mais jovens, favoreça algo a que o nosso país tem sido alheio nos últimos anos no domínio da violência doméstica: a prevenção primária. Pesem embora os discursos e as formulações de políticas públicas, a verdade é que, antes do Projecto IUNO, poucos serão os projectos que possam apontar-se como realidades abrangentes, sistemáticas e, sobretudo, planeadas para, além de garantir a qualidade dos resultados, oferecer um conhecimento geral destes, a curto e médio prazo, como neste relatório se apresenta.

A violência sexual, também abordada no projecto, está, muitas vezes, intimamente ligada à violência doméstica, sendo também um grave problema social porventura mais oculto e insidioso. Tal como a violência doméstica, a sexual prende-se a uma secular visão que, desdobrada geracionalmente, faz reflectir no crime sexual, em geral, a desigualdade existente entre homens e mulheres. Como justificação do problema, o género é um dos eixos de compreensão de uma realidade em que, tal como entre as vítimas de violência doméstica, sofrem mais as mulheres, diminuídas no seu papel como pessoas, tal como são olhadas pelos seus agressores, maioritariamente do sexo masculino.

A violência sexual, como também acontece na mais remota origem da violência doméstica, ocorre, muitas vezes, entre os mais jovens, configurando comportamentos que podem comprometer seriamente o seu saudável desenvolvimento psicológico e sexual, bem como influenciar as relações que virão a estabelecer, no futuro, como adultos. E, assim, perpetuando, uma vez mais, um problema que, para além de tocar a intimidade física, psicológica, moral de cada vítima, atinge a sociedade, já que uma sociedade que não garanta uma cultura de relações pacíficas entre homens e mulheres, o respeito pela autodeterminação sexual e, em suma, a liberdade e a segurança das mulheres (e das jovens, que virão a ser mulheres) enquanto cidadãs,

não é uma sociedade onde os direitos humanos sejam integralmente respeitados. E também, em torno deste problema, podem gerar-se outros tão ou mais corrosivos como os gerados pela violência doméstica.

Por estas razões, se associou a APAV a outras organizações, numa clara intenção de favorecer o projecto com a participação destas para o seu enriquecimento multidisciplinar. Entre estas, a Comissão para a Igualdade para os Direitos das Mulheres tem um lugar especial, não só como referência da assunção das políticas de igualdade em cada aspecto a considerar, como voz actuante do Estado português, disponibilizando fundos próprios, necessários à concretização do projecto numa sociedade que assume, pelos discursos e pelas políticas públicas na área da Educação e da Igualdade, que a violência doméstica e a violência sexual são intoleráveis e devem ser prevenidas pela acção pública e pela intervenção cívica dos cidadãos. Ou seja, passo a passo, todos os dias.

Manuel António Ferreira Antunes
Presidente da APAV

índice

Enquadramento e Objectivos do Projecto IUNO	9
Área temática	0
Estratégia	0
Avaliação da execução face aos objectivos programados: Resultados obtidos e impacto esperados	19
Avaliação da execução temporal	23
Caracterização sócio-económica das áreas geográficas de intervenção do projecto IUNO	29
Público-alvo do projecto	37
Parcerias do projecto	47
Análise geral dos resultados	51
Avaliação dos recursos face aos resultados	66
CONCLUSÕES	68
Anexos	70

APRESENTAÇÃO GERAL DO PROJECTO

O Projecto IUNO — sensibilização e informação sobre Violência Doméstica e Sexual, foi desenvolvido pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e insere-se numa estratégia global que visa, por um lado, um conhecimento mais estruturado acerca das representações sociais da vitimação e, por outro lado, a sistematização de procedimentos de prevenção primária e secundária¹ nas áreas da violência doméstica e da violência sexual junto de adolescentes e profissionais de educação.

Este projecto, financiado pelo Fundo Social Europeu, e aprovado pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres no âmbito Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS), Medida 4.4 Promoção da Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens Tipologia do Projecto 4.4.3.1 Sistema de Apoios Técnicos e Financeiros às ONG's, integrou um conjunto de acções positivas que visaram a sensibilização e a informação para dois públicos estratégicos — adolescentes e profissionais de educação — nos concelhos de Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Espinho e Oliveira de Azeméis. Estes concelhos foram avaliados pela Direcção Regional de Educação do Norte/Ministério da Educação, parceira neste projecto, como gritantes face à urgência de intervenção.

A designação do Projecto IUNO teve como inspiração a deusa romana Iuno, venerada na Antiguidade Clássica como protectora do casamento, do parto e da mulher em todos os aspectos da sua vida, e foi orientada pelo objectivo central de criar um impacto sugestivo no sentido de sensibilizar para a mudança de atitudes dos grupos-alvo seleccionados para a não violência, concorrendo assim para a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens.

Durante o seu percurso de intervenção, de 1 de Setembro de 2003 a 31 de Agosto de 2005, o Projecto IUNO, contactou com cerca de 3700 alunos e 400 profissionais de educação, em 20 estabelecimentos de ensino das áreas acima designadas.

O saber prático da Direcção Regional de Educação do Norte no contacto e intervenção junto do contexto escolar, a experiência comprovada da Fundação da Juventude no trabalho e formação junto de adolescentes e as dinâmicas de intervenção e avaliação experimentadas Departamento de Psicologia da Universidade no âmbito da vitimologia, assumiram-se como alicerces sólidos e indispensáveis na planificação, desenvolvimento e avaliação deste projecto.

A intervenção desenvolvida em equipa multidisciplinar, em articulação com o *know-how* das parcerias estabelecidas e com a colaboração das escolas junto das quais intervimos, permitiram que os objectivos estabelecidos para este projecto fossem concretizados e que os resultados alcançados permitissem a expansão geográfica da intervenção junto da comunidade escolar através do Projecto IUNO Algarve e do Projecto IUNO II².

¹ Prevenção Primária: prevenção anterior ao problema, de forma a evitar o seu aparecimento; Prevenção Secundária: intervenção destinada a , uma vez identificado o problema, actuar sobre ele o mais rapidamente possível; Prevenção Terciária: intervenções cujo objectivo é evitar recaídas ou intervir depois do problema já estar instalado.

² Projectos financiados no mesmo âmbito que o o Projecto IUNO, Medida 4.4 Promoção da Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres Tipologia 4.4.3.1 Sistema de Apoios Técnicos e Financeiros às ONG'S, com áreas geográficas de intervenção, respectivamente, na região do Algarve e nas áreas do Porto, Vila Nova de Gaia, Santo Tirso, Trofa, Matosinhos, Maia e Vila do Conde.

O processo de avaliação planeado em colaboração com o Departamento de Psicologia da Universidade do Minho e com a Fundação da Juventude permitiu, por um lado, a obtenção de indicadores sistematizados acerca do impacto das acções realizadas ao nível das representações sociais sobre as problemáticas abordadas e, por outro, aferir, através de uma lente externa, se o desenvolvimento da intervenção sucedia de acordo com o trajecto delineado.

Neste relatório iremos analisar e reflectir acerca desses indicadores, percorrer as estratégias utilizadas na intervenção preconizada, caracterizar os públicos-alvo e as áreas sócio-económicas junto das quais intervimos e avaliar os recursos utilizados face aos resultados obtidos.

ENQUADRAMENTO E OBJECTIVOS DO PROJECTO IUNO

ÁREA TEMÁTICA

Seleccionando como área temática central de intervenção a Violência na Família, o Projecto IUNO direccionou a sua acção para a informação e sensibilização nas áreas da Violência Doméstica e da Violência Sexual junto da comunidade escolar.

A motivação para a intervenção nestas áreas baseou-se no número crescente de pedidos de acções de esclarecimento dirigidos por escolas EB 2/3 aos diferentes Gabinetes de Apoio à Vítima da rede nacional da APAV, reforçando e alertando para uma maior consciência por parte dos educadores, professores e outros responsáveis das escolas para a problemática da vitimação e para a necessidade de se desenvolverem competências para intervir em situações sinalizadas como eventuais focos de violência familiar.

O grau de proximidade estabelecido pelos Gabinetes de Apoio à Vítima da APAV com diversos estabelecimentos de ensino permite-nos afirmar com segurança que a comunidade escolar reconhece entre as problemáticas de intervenção prioritárias, as questões da violência doméstica e da violência sexual. Os relatos de professores e técnicos de outras áreas denunciam a existência de famílias multiproblemáticas, nas quais a violência é uma realidade e onde as crianças reproduzem, na escola e no seu relacionamento com os pais, alguns dos comportamentos que assistem em casa.

O uso da agressividade, quer em casa, quer em outros contextos, parece ser um padrão de comportamento bastante usual quando se vive em ambientes domésticos onde a violência é uma constante³. Quando os pais usam de forma sistemática a violência como um modo de resolução de conflitos, as crianças e os adolescentes podem perceber a agressão como uma arma poderosa nos relacionamentos interpessoais. Como consequência disto, verifica-se que este testemunho pode, por um lado, empobrecer o repertório comportamental das crianças e dos adolescentes e, por outro, reforçar o uso da agressividade, nomeadamente, na infância e a adolescência, assumidamente fases de maior vulnerabilidade emocional.

Esta deixa conduz-nos a uma abordagem sucinta acerca das teorias explicativas da violência conjugal, que assentam, fundamentalmente, em três pilares: 1) as **perspectivas intra-individuais**; 2) as **perspectivas diádicas-familiares**; e 3) as **perspectivas sócio-culturais**.

1) A primeira teoria direcciona-nos para as características do maltratante, referenciando-se em linhas psicopatológicas que explicam o comportamento deste com base numa perturbação psicológica que inclui problemas, tais como, uma reduzida auto-estima, problemas de auto-controle, pobres competências pessoais e dificuldades de relacionamento com os outros⁴.

³ Wolak, J. & Finkelhor, D. (1998). Children exposed to partner violence. In J.L., Jasinski & L.M. Williams (Eds.), *Partner Violence – A comprehensive review of 20 years of research* (73-112). Sage Publications.

⁴ Matos, M. (2002). Violência conjugal. In C. Machado & R.A. Gonçalves (Coords), *Violência e Vítimas de Crime* (pp. 83-130)

Alguns autores justificam a ocorrência da violência com base, não nas características do maltratante, mas da vítima: ou seja, consideram que as mulheres que toleram esse tipo de violência são, também elas, patológicas. No entanto, a noção de que alguém está predisposto a ser vítima e que parece culpar ou legitimar a violência afasta-nos desta abordagem. Apesar da validade que possa ter, esta teoria apenas explicaria uma percentagem mínima de situações.

2) A segunda perspectiva, sugere que a origem da violência se localiza, em larga medida, nas interações, destacando-se entre as diferentes justificações a Teoria Intergeracional da Violência, que aponta como principal causa para o uso de violência, a experiência de vitimação na infância. Neste contexto explicativo, a família é percebida como uma entidade que pode ensinar, por imitação ou reprodução, comportamentos violentos cuja manutenção é determinada por processos de reforço ou punição. Desta forma, a aprendizagem não se baseia apenas no comportamento per si mas, sobretudo, na legitimação deste². Importa, todavia, reforçar que um passado familiar pautado pela violência nem sempre determinará a existência de um adulto maltratante, uma vez que outros factores, como, por exemplo, o contacto com modelos não violentos, poderão desempenhar um papel de regulação do comportamento.

Contudo, será relevante referir que a base desta abordagem pode ser o motor de arranque para programas preventivos que sinalizem, em determinados contextos familiares, a ocorrência de violência. A apresentação de alternativas de resolução de problemas opostas ao uso de comportamentos agressivos, pode ser o primeiro impulso para a adopção de comportamentos relacionais mais adequados.

3) As perspectivas sócio-culturais baseiam a sua argumentação em factores históricos, sociais, culturais e políticos que contribuem para a manutenção dos maus tratos às mulheres⁵. Por esta ordem de ideias, os maus tratos são motivados pela existência de uma sociedade patriarcal, em que os homens reconhecem o seu poder e autoridade sobre as mulheres, sendo que o uso da força é uma estratégia para a manutenção dessa autoridade². Esta visão apresenta a noção de que, muitas vezes, as famílias são as principais transmissoras de desigualdades sexuais, através do reforço do estereótipo dos papéis de género, em que as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos são sempre funções assumidas pela mulher, ainda que sobrecarregadas como o trabalho fora de casa. Esta teoria analisa a violência como uma forma de manter o poder e controlo e aponta os estereótipos de socialização do homem e da mulher, em que a mulher é percebida como mais frágil e, por isso, mais submissa, como um contributo para um diferencial de poder que legitima a violência e reforça esta visão.

Quando no contexto das acções de sensibilização e informação debatemos as representações sociais acerca da violência doméstica e sexual, procurámos desafiar alguns dos pré-conceitos existentes na nossa sociedade e que, ainda hoje, emergem no discurso das famílias e de alguns profissionais.

Ao reflectirmos acerca da prevalência sócio-cultural do fenómeno, ao falarmos sobre as suas causas, ao discutirmos sobre os estereótipos de género que reforçam as diferenças de poder entre o homem e a mulher enquanto mecanismo indutor do uso da violência, temos a pretensão de criar mecanismos geradores de desafio do carácter irreversível destes acontecimentos, despertando em cada um dos intervenientes a consciência dos

⁵ Walker, L. (1994). *Abused Women and Survivor Therapy: a practical guide for the psychotherapist*. Washinton D.C.: American Psychological Association.

factos e do impacto da violência, dos mecanismos que os perpetuam, bem como de alguns elementos que os inibem.

Por isso, procurámos investir no desafio de concepções erradas acerca dos fenómenos, mas que são as representações usualmente aceites entre o senso comum.

Reconhecendo as vantagens das intervenções realizadas até ao momento, mas percebendo-as como insuficientes, porque restritas em termos de número de intervenientes, percebemos a oportunidade da inclusão do Projecto IUNO no âmbito do POEFDS como uma porta para o alargamento da nossa intervenção e como um movimento no sentido de criar estruturas de acção mais eficazes e mais duradouras, que concorressem para a luta contra a discriminação e a violência de género.

ESTRATÉGIA

Tendo em consideração os objectivos traçados para o desenvolvimento deste projecto, reforçamos a noção de que a estratégia adoptada consistiu na informação e sensibilização para a Promoção da Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (IS), através de um conjunto de acções positivas que visaram a sensibilização e informação para dois grupos estratégicos – adolescentes e profissionais de educação – de cinco concelhos da Zona Norte do País: Castelo de Paiva, Oliveira de Azeméis, Baião, Cinfães e Espinho.

Com este intuito, procedeu-se elaboração de um programa de intervenção, ou seja, um plano de actividades intencionalmente desenvolvidas com vista à sensibilização e informação acerca das problemáticas acima mencionadas.

Contudo, e tendo como directrizes centrais deste programa a promoção da Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres, a abordagem desenvolvida incidiu também numa lógica de desafio relativamente às diferenças de poder entre géneros como uma causa provável para a ocorrência de violência doméstica e sexual. Foi também valorizada a transmissão de que o combate efectivo à problemática da violência doméstica assenta na constatação e respeito pelo equilíbrio dos papéis desempenhados pelos homens e pelas mulheres, privilegiando a protecção efectiva das vítimas.

Sabemos que a internalização dos conceitos de não violência e de igualdade entre géneros constitui uma estratégia que deverá ser transversal ao nível das políticas sociais e das políticas de educação desenvolvidas, adequando estas problemáticas aos manuais escolares e aos instrumentos de ensino, e não terem representações pontuais. No entanto, ainda assim, consideramos relevante a introdução destes temas na escola, de forma estruturada, ainda que menos duradoura. Efectivamente, e tendo em conta o papel de socialização da escola, este espaço assume-se como privilegiado para introduzir o debate acerca destes estereótipos e para incentivar a prática adequada destes conceitos.

Por outro lado, a abordagem destas problemáticas exige, em paralelo, uma análise cuidada e profissionalizada dos conteúdos, fazendo chegar a formação a todos os profissionais que lidam de forma directa e em primeira linha com estas dificuldades, desenvolvendo competências de sinalização e de apoio. Esse foi o nosso propósito no trabalho desenvolvido junto dos profissionais de educação.

O programa de intervenção elaborado pelo Projecto IUNO compreendeu a realização de um total de 5 acções distintas para os grupos-alvo. Apesar do esquema utilizado junto dos grupos A e B apresentar semelhanças claras no seu conteúdo, a abordagem e linguagem utilizada foi adequada aos diferentes públicos, trabalhando e aprofundando os conteúdos de forma distinta.

Os quadros que se seguem procuram sistematizar a designação, os objectivos gerais, os conteúdos abordados, a duração e os destinatários de cada acção.

Quadro 1 - Caracterização geral das acções de sensibilização e informação realizadas

Designação da Acção	Destinatários	Duração
ACÇÃO A1 - Acção de Sensibilização e Informação sobre violência doméstica	Alunos dos 7º, 8º e 9º anos	90 minutos
ACÇÃO A2 – Acção de Sensibilização e Informação sobre violência sexual	Alunos dos 7º, 8º e 9º anos	90 minutos
ACÇÃO B1 – Acção de Sensibilização e Informação sobre violência doméstica	Alunos dos 10º, 11º e 12º anos	90 minutos
ACÇÃO B2 – Acção de Sensibilização e Informação sobre violência doméstica	Alunos dos 10º, 11º e 12º anos	90 minutos
ACÇÃO C – Acção de Sensibilização e Informação sobre violência doméstica e violência sexual	Profissionais de educação	120 minutos

ACÇÃO A1:

ACÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Destinatários: Grupo-alvo A (alunos dos 7º, 8º e 9º anos)

Objectivos gerais:

1. Criar um espaço que permita a sensibilização e a informação de questões relacionadas com a violência doméstica como fenómeno resultante e produtor de desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
2. Incrementar a discussão de representações culturalmente enraizadas e socialmente aceites acerca da Violência Doméstica;

3. Estimular os adolescentes na procura e valorização das suas competências e aptidões nos domínios pessoal e comportamental, promovendo uma atitude responsável de minimização do fenómeno referido.

Quadro 2: Apresentação do desenvolvimento dos conteúdos da Acção A1

Desenvolvimento dos conteúdos		Duração
Introdução	Apresentação e avaliação das expectativas Brainstorming acerca da problemática da Violência Doméstica Apresentação do conceito de Violência Doméstica	20 min
Desenvolvimento	Identificação do impacto psicológico, físico e social da violência doméstica Reconhecimento dos mitos sociais e culturais existentes sobre o fenómeno da violência doméstica	50 min
Conclusão	Discussão Conclusão	10 min
Avaliação	Aplicação de instrumentos de avaliação do processo de sensibilização e informação sobre Violência Doméstica	10 min

ACÇÃO A2:

ACÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL

Destinatários: Grupo-alvo A (alunos dos 7º, 8º e 9º anos)

Objectivos gerais:

1. Criar um espaço que permita a sensibilização e a informação de questões relacionadas com a violência sexual como fenómeno resultante e produtor de desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
2. Incrementar a discussão de representações culturalmente enraizadas e socialmente aceites acerca da Violência Sexual;
3. Estimular os adolescentes na procura e valorização das suas competências e aptidões nos domínios pessoal e comportamental, promovendo uma atitude responsável de minimização do fenómeno referido.

Quadro 3: Apresentação do desenvolvimento dos conteúdos da Acção A2

Desenvolvimento dos conteúdos		Duração
Introdução	Apresentação e avaliação das expectativas Brainstorming acerca da problemática da Violência Sexual Apresentação do conceito de Violência Sexual	20 min
Desenvolvimento	Identificação do impacto psicológico, físico e social da violência sexual Reconhecimento dos mitos sociais e culturais existentes sobre o fenómeno da violência sexual	50 min
Conclusão	Discussão Conclusão	10 min
Avaliação	Aplicação de instrumentos de avaliação do processo de sensibilização e informação sobre violência sexual	10 min

ACÇÃO B1:

ACÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

14

Destinatários: Grupo-alvo B (alunos dos 10º, 11º e 12º anos)

Objectivos gerais:

1. Criar um espaço que permita a sensibilização e a informação de questões relacionadas com a violência doméstica como fenómeno resultante e produtor de desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
2. Incrementar a discussão de ideias culturalmente enraizadas e socialmente aceites acerca da Violência Doméstica;
3. Estimular os adolescentes na procura e valorização das suas competências e aptidões nos domínios pessoal e comportamental, promovendo uma atitude responsável de minimização do fenómeno referido.

Quadro 4: Apresentação do desenvolvimento dos conteúdos da Acção B1

Desenvolvimento dos conteúdos		Duração
Introdução	Apresentação e avaliação das expectativas Brainstorming acerca da problemática da Violência Doméstica Apresentação da definição de Violência Doméstica	20 min
Desenvolvimento	Identificação do impacto psicológico, físico e social da violência doméstica Reconhecimento dos mitos sociais e culturais existentes sobre o fenómeno da violência doméstica	50 min
Conclusão	Discussão Conclusão	10 min
Avaliação	Aplicação de instrumentos de avaliação do processo de sensibilização e informação sobre Violência Doméstica	10 min

ACÇÃO B2:

ACÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL

Destinatários: Grupo-alvo B (alunos dos 10º, 11º e 12º anos)

Objectivos gerais:

1. Criar um espaço que permita a sensibilização e a informação de questões relacionadas com a violência sexual como fenómeno resultante e produtor de desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
2. Incrementar a discussão de ideias culturalmente enraizadas e socialmente aceites acerca da Violência Sexual;
3. Estimular os adolescentes na procura e valorização das suas competências e aptidões nos domínios pessoal e comportamental, promovendo uma atitude responsável de minimização do fenómeno referido.

Quadro 5: Apresentação do desenvolvimento dos conteúdos da Acção B2

Desenvolvimento dos conteúdos		Duração
Introdução	Apresentação e avaliação das expectativas Brainstorming acerca da problemática da Violência Sexual Apresentação da definição de Violência Sexual	20 min
Desenvolvimento	Identificação do impacto psicológico, físico e social da violência sexual Reconhecimento dos mitos sociais e culturais existentes sobre o fenómeno da violência sexual	50 min
Conclusão	Discussão Conclusão	10 min
Avaliação	Aplicação de instrumentos de avaliação do processo de sensibilização e informação sobre violência sexual	10 min

ACÇÃO C:
 ACÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO
 SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E VIOLÊNCIA SEXUAL

Destinatários: Grupo C (Profissionais de Educação)

Objectivos gerais:

1. Compreender os aspectos fundamentais dos fenómenos da violência doméstica e da violência sexual;
2. Adquirir conhecimentos sobre o enquadramento de intervenção da violência doméstica e da violência sexual contra as crianças e jovens;
3. Partilhar experiências, dificuldades e dúvidas acerca do contacto, no contexto escolar, sobre estas problemáticas;
4. Desenvolver competências pessoais e profissionais de intervenção.

Quadro 6: Apresentação do desenvolvimento dos conteúdos da Acção C

Desenvolvimento dos conteúdos		Duração
Introdução	Apresentação e avaliação das expectativas	10 min
Desenvolvimento	<p>Violência doméstica: compreender e proceder</p> <p>Conceito de Violência Doméstica</p> <p>Indícios de vitimação</p> <p>Factores de risco para a ocorrência de violência</p> <p>O profissional do processo de apoio junto da criança ou jovem vítima de violência doméstica</p> <p>Violência sexual: compreender e proceder</p> <p>Definição de violência sexual</p> <p>Algumas das formas de violência sexual</p> <p>Factores de vulnerabilidade ao abuso</p> <p>Principais reacções psicológicas das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual</p> <p>Factores de risco e principais reacções psicológicas das crianças e jovens vítimas de violência sexual</p> <p>Factores mediadores do impacto da vitimação</p> <p>O profissional do processo de apoio junto da criança ou jovem vítima de violência sexual</p> <p>Trabalhar em parceria na intervenção junto de crianças e jovens vítimas de violência doméstica e de violência sexual</p>	70 min.
Conclusão	Discussão Conclusão	20 min
Avaliação	Aplicação de instrumentos de avaliação do processo de sensibilização e informação sobre Violência Doméstica e Violência Sexual	20 min

As estratégias utilizadas junto dos grupos-alvo procuraram adequar-se ao nível de desenvolvimento e ao papel de cada um dos seus intervenientes.

A abordagem realizada junto dos alunos assentou fundamentalmente no desafio das representações sociais associadas aos fenómenos da Violência Doméstica e da Violência sexual, como ponto de partida para a discussão e reflexão acerca das causas e do impacto físico, psicológico e social da vitimação.

Com os profissionais de educação, numa óptica de partilha de saberes e de experiências no campo de trabalho das escolas, a abordagem utilizada consistiu na apresentação de informação estruturada acerca da problemática dos maus tratos contra crianças e adolescentes e da violência sexual. Num formato de horizontalidade de saberes, o objectivo central visou a sistematização de procedimentos de intervenção em situações de maus tratos e/ou de abuso sexual, salientando o papel do profissional de educação na sinalização, diagnóstico, denúncia ou tentativa de resolução do problema.

AValiação DA EXECUÇÃO FACE AOS OBJECTIVOS PROGRAMADOS: RESULTADOS OBTIDOS E IMPACTO ESPERADOS

As acções de informação e sensibilização desenvolvidas no âmbito do Projecto IUNO foram planeadas com o intuito de se constituírem como um contributo sério e eficaz para a concretização dos objectivos inicialmente delineados em *Dossier* de candidatura. Neste momento de análise final, assume-se fundamental percorrer cada um deles e reflectir acerca da sua relevância e evolução.

A. Obtenção de uma perspectiva mais realista das necessidades dos grupos-alvo em relação aos fenómenos tratados

O contacto com a comunidade escolar e com alguns dos seus principais protagonistas – nomeadamente, alunos e professores – na abordagem das questões da Violência Doméstica e da Violência Sexual dotou-nos de uma visão mais aproximada da realidade deste contexto, não apenas no que concerne à existência efectiva destas situações mas, sobretudo, no que se relaciona com as ideias erradas, mas claramente interiorizadas, acerca destes tópicos.

Com efeito, a título exemplificativo, não é pouco comum que os fenómenos abordados sejam reconhecidos como problemas pouco frequentes e que só têm lugar em famílias pobres e desfavorecidas, que a infidelidade seja um critério justificativo do maltrato e que haja uma associação directa entre o problema do alcoolismo e a questão da violência na família.

Por outro lado, no que concerne à violência sexual, foi recorrente a alusão ao abuso sexual apenas perante a existência de violência, bem como, em algumas situações, a atribuição da culpa pelo abuso ao comportamento *sedutor* da criança e/ou adolescente, permitindo a desresponsabilização do adulto.

Foram inúmeros os alunos que, numa primeira abordagem, foram o espelho das representações culturais e sociais comuns a uma elevada percentagem das pessoas. Contudo, as expectativas que havíamos construído acerca desta população permitiram que a abordagem que levávamos na bagagem fosse uma abordagem de desafio construtivo, permitindo-nos *espicaçar as consciências adormecidas no sono fácil das ideias feitas*.

Por outro lado, este contacto mais próximo – e privilegiado – com os alunos permitiu aferir a ocorrência de violência familiar, quer pela apresentação inequívoca deste acontecimento no seio da família, quer pelos exemplos por eles avançados na exploração do tema e que demonstravam um conhecimento assustadoramente próximo de algumas situações de violência familiar.

De facto, o surpreendente não foi o cenário pouco colorido que foi sendo pintado pelos intervenientes das acções, nem a forma legitimada como alguns dos alunos se identificaram com estas questões, mas a resistência de alguns profissionais de educação no reconhecimento da relevância do seu papel na sinalização de situações de risco. Estamos conscientes que a percepção destas problemáticas como *privadas*, continua a impedir, em alguns casos, que sejam desencadeados mecanismos de protecção das vítimas. Esperamos ter abalado alguns alicerces de inacção.

B. Impacto sugestivo no sentido de sensibilizar para a mudança de atitudes dos grupos-alvo para a não-violência e para a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens;

Os critérios de avaliação utilizados não se basearam apenas na quantificação do número de acções realizadas, tão pouco no número de alunos junto dos quais intervimos, apesar desses dados serem recolhidos e registados. Temos presente que essas informações não seriam suficientes para avaliarmos o impacto da intervenção preconizada. Por esse motivo, justificamos o investimento realizado no processo de avaliação das acções, procurando sistematizar as diferenças entre a concordância com os mitos — entendidos aqui como representações sociais e culturais — acerca das problemáticas em períodos *pré* e *pós* realização das acções.

A análise geral dos dados recolhidos permite-nos aferir, com segurança, que existe, quer nos alunos, quer nos profissionais de educação, uma diminuição da concordância com os mitos relativos às problemáticas da violência conjugal e do abuso sexual contra crianças e adolescentes.

C. Melhoria do desempenho dos profissionais de educação no âmbito do apoio a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e de violência sexual

As acções realizadas junto dos profissionais de educação visaram a reflexão e a discussão acerca das problemáticas da violência doméstica e violência sexual, sobretudo junto de crianças e adolescentes. Para este contexto de reflexão foram trazidos problemas concretos com os quais os profissionais se deparam no seu contexto de trabalho. Este espaço teve a pretensão de se assumir enquanto palco privilegiado de partilha de preocupações, dilemas, dificuldades e estratégias de resolução.

No entanto, será importante salientar a reduzida adesão dos professores, que se repercutiu necessariamente no número de acções realizadas junto deste grupo: em média, aproximadamente uma acção por escola. Justificamos esta ocorrência pela relevância desproporcionada atribuída à participação dos directores de turma, em detrimento de outros professores, o que é incoerente, quando eles próprios assumem que, normalmente, nem sempre são os directores de turma que ganham maior simpatia por parte dos alunos. Aliás, segundo referem, o papel de confidente é muitas vezes assumido pelos Auxiliares de Acção Educativa, grupo cuja participação não foi pensada neste projecto mas que é recorrentemente avaliada pelos outros profissionais como absolutamente necessária. O Projecto IUNO Algarve e o Projecto IUNO II, projectos de continuidade no Projecto IUNO, não dispensarão, por isso, a participação destes protagonistas.

Reconhecemos, baseando-nos nos números de participação dos profissionais — 404, num universo de vinte escolas — e na dificuldade em agendar estas acções devido, por vezes, ao reduzido número de inscrições, alguma indisponibilidade dos professores para participarem em acções desta natureza. Contrariamente às nossas expectativas, apenas duas escolas solicitaram a realização de mais do que uma acção, apesar de ter sido reforçada a nossa disponibilidade e o interesse do Projecto IUNO em realizar o número de acções vistas como necessárias, integrando, se possível, todos os professores.

Apesar do número de acções realizado ter ficado aquém das nossas expectativas, avaliamos as acções executadas como bastante profícuas, espaços de discussão activa e representativos do desejo de alguns profissionais em conhecer os recursos institucionais disponíveis e em reinventar o seu papel como elemento chave na sinalização de situações de risco.

D. Minimização dos efeitos negativos da violência decorrentes das experiências de vitimação

Uma das evidências que parece reforçar o trabalho desenvolvido pelo Projecto IUNO foram os pedidos de colaboração por parte de algumas escolas para a resolução de problemas apresentados pelos alunos ou pelas suas famílias.

Nunca tivemos a presunção de sinalizar e diagnosticar todas as situações de violência familiar que pudessem ocorrer nas escolas junto das quais intervimos. No entanto, reconhecíamos que o contacto estabelecido com os profissionais de educação e com os alunos poderia ser um *pequeno trampolim* para a existência de pedidos de colaboração e de apoio efectivos.

De facto, pudemos constatar que, no final das acções, alguns alunos procuraram os professores no sentido de lhes dar a conhecer a situação familiar em que viviam, confidenciando alguns problemas e preocupações. A maioria deles, até ao momento, desconhecia que a violência de que eram alvo ou conheciam de muito de perto não poderia ser minimizada, nem tão pouco poderia ser mantida em segredo.

A reflexão previamente realizada com os profissionais facilitou esta abordagem contribuindo de forma decisiva para a resolução dos problemas.

Em suma, o percurso realizado no Projecto IUNO contemplou não apenas a realização de um conjunto de acções de sensibilização e informação no âmbito da Violência Doméstica e da Violência Sexual contra crianças e adolescentes, planeadas no sentido de minimizar a ocorrência dos referidos fenómenos, mas também procurou melhorar o campo de acção dos profissionais que trabalham junto desta população, tornando a sua participação mais efectiva.

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO TEMPORAL

O contexto escolar reúne características de funcionamento e organização particulares que obrigaram a uma programação muito específica que respeitasse todos os períodos de paragem existentes. Na verdade, estes períodos condicionam cerca de 1/3 do ano lectivo, sendo este período o *timing* possível de intervenção para o Projecto IUNO.

Por outro lado, a calendarização das acções, em colaboração com as escolas, apresentou-se como um processo muito demorado, exigindo o arrastamento do início das acções cerca de um a dois meses. A duração deste processo foi totalmente independente da nossa diligência e vontade.

Agravando a morosidade deste processo, durante todo o ano lectivo 2004/2005 o número de acções realizadas foi fortemente condicionado pelas dificuldades sentidas pelas escolas e pela Direcção Regional de Educação do Norte/Ministério da Educação relativamente à colocação dos professores.

E, se por um lado, as escolas se mostravam interessadas em ver o Projecto IUNO implementado, por outro lado, não se encontravam disponíveis nem reuniam condições para dar início à calendarização das acções, em consequência das dificuldades derivadas nesta fase de arranque de Ano Lectivo.

Por outro lado, a experiência adquirida no ano lectivo 2003/2004 alertou-nos para o facto do mês de Junho ser um período particularmente confuso para a intervenção no interior do contexto escolar, não apenas em virtude dos exames nacionais e das provas globais que aí decorrem, mas também devido à realização de actividades de final de ano, como semanas culturais, que colocam em segundo plano actividades propostas pelo exterior, isto é, actividades asseguradas por elementos externos à escola, nas quais se inclui a intervenção do Projecto IUNO.

As expectativas iniciais para a calendarização efectuada apontavam para a possibilidade de realização de 11 acções por semana o que nos permitiria, em condições ideais, a realização de 587 acções nos dois anos lectivos. Por *condições ideais* entenda-se o total cumprimento da calendarização por parte das escolas, sem necessidade de remarcação de acções; o total ajustamento dos horários das acções aos horários cedidos pelas escolas para a realização destas e a adesão de todos os profissionais de educação e não apenas de uma diminuta percentagem em cada escola.

Não obstante, tendo em conta o contexto de intervenção e as dificuldades por vezes sentidas na programação temporal das acções, consideramos que a realização de 406 deslocações às escolas – nas quais se incluem as acções de sensibilização e informação realizadas junto dos alunos e dos profissionais de educação e as reuniões junto dos interlocutores —, ou seja, uma execução de cerca de 70%, um valor totalmente ajustado às possibilidades do projecto face aos obstáculos encontrados.

Na grelha que se segue, será apresentada a síntese do número de acções realizadas junto dos diferentes grupos-alvo, bem como das reuniões que tiveram lugar para a apresentação do projecto com vista à sistematização dos procedimentos a adoptar.

Quadro 7: Número de acções e reuniões realizadas, por escola.

CONCELHOS	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	ACÇÕES A1+B1	ACÇÕES A2+B2	ACÇÕES C	REUNIÕES COM INTER-LOCUTORES
BAIÃO	ESCOLA EB2,3 DE ANCEDE	11	11	—	2
	ESCOLA EB2,3/S BAIÃO	7	8	—	1
	ESCOLA EB2,3 DE SANTA MARINHA DO ZÊZERE	13	13	1	2
CASTELO DE PAIVA	ESCOLA EB 2,3 CASTELO DE PAIVA	2	2	1	2
	ESCOLA SEC. CASTELO DE PAIVA	8	8	1	1
	ESCOLA EB 2,3 COUTO MINEIRO	6	6	2	2
CINFÃES	ESCOLA ES/3 PROF. DR. FLÁVIO RESENDE	11	11	1	1
	ESCOLA EB 2,3 CINFÃES	17	17	1	1
ESPINHO	ESCOLA EB2,3 SÁ COUTO	7	7	1	2
	ESCOLA ES/3 DR. MANUEL GOMES ALMEIDA	7	7	1	1
	ESCOLA ES/3 DR. MANUEL LARANJEIRA	12	12	1	1
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	ESCOLA ES/3 SOARES BASTOS	8	8	1	2
	ESCOLA ES/3 FERREIRA DE CASTRO	15	13	1	1
	ESCOLA EB 2,3 DR. FERREIRA DA SILVA CUCUJÃES	3	3	—	2
	ESCOLA EB 2,3 DR. JOSÉ PEREIRA TAVARES	8	7	1	1
	ESCOLA EB 2,3 BENTO CARQUEJA	16	16	1	1
	ESCOLA EB 2,3 DE CARREGOSA	9	9	—	2
	ESCOLA EB 2,3 FAJÕES	3	3	2	1
	ESCOLA EB 2,3 LOUREIRO	9	8	—	1
	ESCOLA EB 2,3 SÃO ROQUE	10	10	1	1
TOTAL	Nº DE ESCOLAS: 20	182	179	17	28

Apesar da programação temporal inicialmente apresentada em *Dossier* de candidatura parecer apenas valorizar as acções de sensibilização e informação a realizar, neste tópico, procuramos reforçar todo o trabalho de bastidores que foi, indubitavelmente, o cerne dos resultados apresentados. O controlo das actividades realizadas pelo projecto é o resultado de um registo diário ou semanal das tarefas desenvolvidas em contexto de equipa. As actividades abaixo elencadas tiveram lugar, em simultâneo ou em diferentes momentos, ao longo do período de desenvolvimento do Projecto.

A. Constituição da equipa

- Recrutamento e selecção dos recursos humanos para integrar a equipa;
- Organização do espaço físico do Projecto IUNO;
- Apresentação do Projecto e definição dos objectivos à equipa de trabalho.

B. Selecção de instrumentos de diagnóstico e de avaliação

- Pesquisa bibliográfica de instrumentos de diagnóstico e avaliação;
- Concertação de esforços com a entidade parceira, Departamento de Psicologia da Universidade do Minho, para a supervisão desta etapa do processo;
- Adequação dos instrumentos de diagnóstico e avaliação aos objectivos estabelecidos para a intervenção;
- Selecção de instrumentos com vista à avaliação do impacto da intervenção realizada.

C. Preparação das Acções

- Produção e organização de materiais didácticos;
- Sistematização dos procedimentos a adoptar na abordagem aos diferentes grupos;
- Adequação dos objectivos a cada grupo de trabalho — alunos, profissionais de educação;
- Elaboração da estrutura de apresentação ajustada aos diferentes grupos-alvo;
- Procedimentos de reformulação, com base na experiência de terreno no contexto escolar.

D. Produção e organização de Materiais Didácticos

- Construção de actividades didácticas facilitadores da compreensão dos conteúdos abordados;
- Pesquisa acerca de abordagens alternativas.

E. Calendarização das acções

- Concertação de esforços com a Direcção Regional de Educação do Norte/Ministério da Educação, com vista à articulação com as escolas e à sistematização dos procedimentos a adoptar junto dos interlocutores;
- Estabelecimento de contactos com as escolas com vista à programação das acções a realizar, de acordo com a estrutura semanal de trabalho proposta em *Dossier* de candidatura;
- Negociação e selecção dos horários junto dos interlocutores de cada escola;
- Marcação das reuniões com os interlocutores.

F. Implementação da intervenção

- Acções dirigidas aos diferentes grupos-alvo: A, B e C;
- Avaliação interna (assumida pela equipa técnica do projecto) e externa (pela Fundação da Juventude) com vista à confrontação dos objectivos estabelecidos para as acções e do desenvolvimento destas no contexto escolar.

A metodologia de desenvolvimento das acções assentou numa pedagogia criativa, de cooperação e dinâmica que procurou o desenvolvimento e a participação activa dos seus intervenientes e das relações que se estabeleceram entre os mesmos; a utilização equilibrada entre os métodos expositivo, activo e interrogativo pretendeu guiar a aprendizagem, sem descurar a capacidade de compreensão de cada um dos elementos presentes.

A par destes procedimentos, durante a discussão das crenças e mitos acerca das problemáticas em causa, foram sendo apresentados diversos exemplos que almejavam favorecer um maior e melhor compreensão dos temas. Os exemplos, que advêm da experiência dos dinamizadores no contacto com as problemáticas em análise, e sobretudo, no contexto de trabalho dos gabinetes de apoio à vítima, fornecem uma visão compreensiva e simplificada dos temas.

G. Avaliação do impacto das acções

- Aferição e validação do impacto das acções realizadas junto dos diferentes grupos-alvo, reconhecendo se os objectivos inicialmente delineados estavam a ser atingidos ou se se estavam a afastar do foco de intervenção;
- Observação directa dos comportamentos dos diferentes grupos;
- Para a análise e tratamento dos dados fez-se recurso do programa estatístico *SPSS 11.5 for Windows*.

H. Intervenção junto de situações sinalizadas pelas escolas

- Colaboração com a comunidade escolar no diagnóstico de situações sinalizadas como contextos de risco;
- Articulação com a rede formal com vista à resolução de enquadradas no âmbito de intervenção da APAV.

I. Sistematização e divulgação dos resultados do projecto

- Preparação dos materiais de divulgação do projecto: panfletos e cartazes;
- Reuniões de trabalho com as entidades parceiras com vista à apresentação de resultados, definição de estratégias e reflexão sobre os procedimentos adoptados;
- Sistematização e divulgação dos resultados em Relatórios Intercalares e Relatório Final;
- Preparação do Seminário IUNO: resultados e práticas de prevenção e intervenção.

CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DAS ÁREAS GEOGRÁFICAS DE INTERVENÇÃO DO PROJECTO IUNO

A equipa do Projecto IUNO contactou, ao longo de dois anos lectivos, com a quase totalidade das escolas dos concelhos de Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Espinho e Oliveira de Azeméis.

A análise que se segue procura a sistematização de algumas características de relevo nos concelhos em análise, nomeadamente, no que concerne às actividades profissionais desenvolvidas pelos pais dos alunos com os quais contactamos, utilizando como elemento comparativo os dados dos Censos 2001, obtidos através do site do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Seguidamente procedemos à caracterização profissional em cada um dos concelhos:

1. Concelho de Baião

Através da análise do Quadro 8 é possível perceber que na família de origem dos alunos do Concelho de Baião a mulher tem um papel essencialmente relacionado com as actividades domésticas do lar, uma vez que 72,9% são referenciadas pelos filhos como sendo domésticas.

Em relação aos elementos masculinos, estes inserem-se maioritariamente nos operários, artífices e trabalhadores similares⁶ (53,4%). No entanto, é importante referir que cerca de 10% se incluem no grupo de operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem⁵.

É pertinente realçar com vista a uma análise mais consistente dos dados que existe uma percentagem significativa de respostas mal definidas, ignoradas ou não especificadas na profissão dos pais (13,4%).

A análise comparativa destes resultados com os dados dos Censos 2001 (quadro 8.1), permite verificar que existe uma concordância entre eles, uma vez que, segundo o INE, 41,5% da população residente empregada do concelho se encontra dentro do grupo profissional operários, artífices e trabalhadores similares. Por outro lado, ainda segundo os dados do INE, é também significativa a percentagem de trabalhadores não qualificados (14,8%), isto é, trabalhadores que realizam tarefas simples e auxiliares que requerem esforço físico, a utilização de ferramentas e processos manuais.

⁶ A Classificação Nacional de Profissões de 1994 designa que " os operários, artífices e trabalhadores similares extraem, desmontam e transportam minério, montam estruturas metálicas e forjam metais, ajustam máquinas ferramentas ou fabricam e reparam máquinas, equipamentos ou ferramentas, executam trabalhos de impressão e fabricam e preparam produtos alimentares, artigos de tela, tecido, madeira, metal ou outros materiais ou executam peças de artesanato." In (<http://www.ine.pt/Prodserv/nomenclaturas/CNP1994.asp>)

⁵ A Classificação Nacional de Profissões de 1994 designa que " os operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem asseguram e vigiam o funcionamento de máquinas e instalações industriais e agrícolas, conduzem locomotivas e veículos, operam equipamento industrial e maquinaria agrícola, montam peças industriais a partir dos seus componentes segundo especificações definidas." In (<http://www.ine.pt/Prodserv/nomenclaturas/CNP1994.asp>)

In (<http://www.ine.pt/Prodserv/nomenclaturas/CNP1994.asp>)

Quadro 8 – Grupos de Profissões dos pais dos alunos das escolas do Concelho de Baião

GRUPOS DE PROFISSÕES-BAIÃO	Pai	Mãe
Membros das Forças Armadas	0,3%	0%
Quadros Superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	2,1%	0,2%
Especialista das profissões intelectuais e científicas	1,0%	1,9%
Técnicos e profissionais de nível intermédio	0,7%	1,9%
Pessoal administrativo e similares	0,9%	0,9%
Pessoal dos serviços e vendedores	2,9%	5,0%
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	4,1%	0,7%
Operários, artífices e trabalhadores similares	53,4%	4,0%
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem	10,0%	0%
Trabalhadores não qualificados	4,0%	3,8%
Desempregada/o	3,8%	1,9%
Estudante	0%	0%
Doméstica/o	0,2%	72,9%
Reformada/o	3,1%	0,5%
Inválido	0%	0%
Mal definido, ignorado ou não especificado	13,4%	6,5%
Total	100%	100%

Quadro 8.1 – População residente empregada segundo Grupos de Profissões (%) no Concelho de Baião – Censos 2001 - INE

GRUPOS DE PROFISSÕES-BAIÃO	%
Membros das Forças Armadas	0,4%
Quadros Superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	4,4%
Especialista das profissões intelectuais e científicas	2,1%
Técnicos e profissionais de nível intermédio	3,3%
Pessoal administrativo e similares	5,5%
Pessoal dos serviços e vendedores	10,2%
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	8,1%
Operários, artífices e trabalhadores similares	41,5%
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem	9,7%
Trabalhadores não qualificados	14,8%
Total	100%

2. Concelho de Castelo de Paiva

No concelho de Castelo de Paiva, 46,5% das mães dos alunos incluem-se na actividade de doméstica (ver quadro 9) indicando-nos, uma vez mais, que as tarefas de gestão do lar são uma das principais actividades realizadas pelas mulheres. Por outro lado, torna-se relevante referir que existe uma percentagem considerável de mães que se inserem no grupo dos operários, artífices e trabalhadores similares (15,1%), assim como no grupo de desempregados (15,1%).

Tal como no concelho anterior, a actividade dos pais concentra-se na sua maioria no grupo dos operários, artífices e trabalhadores similares. A segunda maior actividade referenciada pelos alunos na profissão dos pais foi a de trabalhadores não qualificados (9,7%). No entanto, é importante referir que a percentagem de mal definidos, ignorados e não especificados nos pais é relevante (12,4%).

Comparando estes resultados com os dados dos Censos 2001, podemos observar no Quadro 9.1 que a actividade de operários, artífices e trabalhadores similares também engloba uma maior percentagem da população (40,7%). Neste sentido, podemos concluir que existe conformidade entre os resultados no que se refere ao principal grupo profissional que caracteriza o concelho.

Quadro 9 – Grupos de profissões dos pais dos alunos das escolas de Castelo de Paiva

GRUPOS DE PROFISSÕES-CASTELO DE PAIVA	Pai	Mãe
Membros das Forças Armadas	0,6%	0%
Quadros Superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	3,3%	0,6%
Especialista das profissões intelectuais e científicas	1,8%	1,8%
Técnicos e profissionais de nível intermédio	2,1%	1,5%
Pessoal administrativo e similares	0,6%	2,1%
Pessoal dos serviços e vendedores	3%	4,5%
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	2,4%	0,9%
Operários, artífices e trabalhadores similares	44,4%	15,1%
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem	7,3%	0%
Trabalhadores não qualificados	9,7%	5,1%
Desempregada/o	8,8%	15,1%
Estudante	0%	0%
Doméstica/o	0,3%	46,5%
Reformada/o	3%	0,6%
Inválido	0,3%	0%
Mal definido, ignorado ou não especificado	12,4%	6%
Total	100%	100%

Quadro 9.1 – População residente empregada segundo Grupos de Profissões (%) no Concelho de Castelo de Paiva – Censos 2001 - INE

GRUPOS DE PROFISSÕES-CASTELO DE PAIVA	%
Membros das Forças Armadas	0,4%
Quadros Superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	3,9%
Especialista das profissões intelectuais e científicas	2,2%
Técnicos e profissionais de nível intermédio	4,6%
Pessoal administrativo e similares	5,4%
Pessoal dos serviços e vendedores	7,9%
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	4,3%
Operários, artífices e trabalhadores similares	40,7%
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem	14,5%
Trabalhadores não qualificados	16%
Total	100%

3. Concelho de Cinfães

O concelho de Cinfães tem uma predominância agrícola e florestal, de forte tradição rural mas, nos últimos anos, tem crescido ao nível da industrialização. Esta caracterização é perceptível através da análise do quadro 10.

Através da leitura deste quadro podemos observar que, à semelhança dos concelhos anteriores, as actividades das mães dos alunos concentram-se, na sua maioria, no grupo profissional de doméstica (64,6%). A actividade de pessoal dos serviços e vendedores⁶ foi a segunda mais referenciada (6,5%).

Em relação aos pais, estes encontram-se essencialmente distribuídos por dois grupos: o dos operários, artífices e trabalhadores similares (36,6%) e o dos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura⁷ (11%). No entanto, é relevante referir que neste grupo parental existe um valor elevado de profissões mal definidas, ignoradas ou não especificadas (19,7%).

Na análise dos dados dos Censos 2001 (ver quadro 10.1), podemos constatar que a população residente empregada do concelho está distribuída maioritariamente por quatro grupos profissionais: operários, artífices e trabalhadores similares (35,4%), agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas (18%), trabalhadores não qualificados (13,2%) e pessoal dos serviços e vendedores (10,3%). Estes dados coincidem, na sua essência, com os resultados que foram obtidos através dos questionários aplicados aos alunos.

A6 A Classificação Nacional de Profissões de 1994 designa que " o pessoal dos serviços e vendedores asseguram os serviços pessoais e os de protecção e segurança, nomeadamente no que respeita a viagens, trabalhos domésticos, restauração, cuidados pessoais ou protecção contra incêndios e actos delituosos, posam como modelos ou fazem demonstração de mercadorias e vendas em estabelecimentos de comércio por grosso ou a retalho ou similares."

ln (<http://www.ine.pt/Prodserv/nomenclaturas/CNP1994.asp>)

7 A Classificação Nacional de Profissões de 1994 designa que " os agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas produzem e colhem cereais, plantam árvores, arbustos e vegetais, colhem frutos e flores, criam, tratam ou caçam animais, produzem aves e insectos e produtos derivados destes, cultivam, conservam e exploram florestas, pescam e reproduzem peixe e outras espécies aquáticas para fins alimentares e comerciais."

ln (<http://www.ine.pt/Prodserv/nomenclaturas/CNP1994.asp>)

Quadro 10 – Grupos de profissões dos pais dos alunos das escolas de Cinfães

GRUPOS DE PROFISSÕES – CINFÃES	Pai	Mãe
Membros das Forças Armadas	0,4%	0%
Quadros Superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	4%	1,1%
Especialista das profissões intelectuais e científicas	2,7%	3,2%
Técnicos e profissionais de nível intermédio	0,4%	0,7%
Pessoal administrativo e similares	1,8%	1,6%
Pessoal dos serviços e vendedores	2,3%	6,5%
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	11%	3,1%
Operários, artífices e trabalhadores similares	36,6%	1,3%
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem	6,9%	0,2%
Trabalhadores não qualificados	7,8%	6,1%
Desempregada/o	2,9%	1,6%
Estudante	0%	0,2%
Doméstica/o	0,4%	64,6%
Reformada/o	2,9%	0,7%
Inválido	0,4%	0%
Mal definido, ignorado ou não especificado	19,7%	0,9%
Total	100%	100%

Quadro 10.1 – População residente empregada segundo Grupos de Profissões (%) no Concelho de Cinfães – Censos 2001 - INE

GRUPOS DE PROFISSÕES – CINFÃES	%
Membros das Forças Armadas	0,6%
Quadros Superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	4,9%
Especialista das profissões intelectuais e científicas	2,2%
Técnicos e profissionais de nível intermédio	3,9%
Pessoal administrativo e similares	4,2%
Pessoal dos serviços e vendedores	10,3%
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	18%
Operários, artífices e trabalhadores similares	35,4%
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem	7,4%
Trabalhadores não qualificados	13,2%
Total	100%

4. Concelho de Espinho

No que concerne ao concelho de Espinho, consultando o quadro 11, pode concluir-se que as mães dos alunos inquiridos se caracterizam, a nível profissional, pela actividade desempenhada a nível das actividades domésticas (23,3%). Torna-se pertinente referir que, sendo Espinho um concelho do litoral, com características de centro urbano e industrializado, com oportunidades distintas dos concelhos anteriores, cerca de 13% das mães estão integradas no grupo profissional de pessoal de serviços e vendedores e 10,4% no de especialistas das profissões intelectuais e científicas⁸. No entanto, mais uma vez, o valor do item mal definido, ignorado ou não especificado é relevante (12,8%).

Continuando a análise do quadro 11, é possível observar que os progenitores masculinos da família de origem dos alunos inquiridos, inserem-se essencialmente em dois grupos profissionais: operários, artífices e trabalhadores similares (28,6%) e quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas⁹ (9,9%).

Os dados dos Censos 2001 (ver quadro 11.1) relativamente ao concelho de Espinho, permitem perceber que os três primeiros grupos profissionais da população residente empregada são: operários, artífices e trabalhadores similares (22,3%), trabalhadores não qualificados (14,9%) e pessoal dos serviços e vendedores (13,3%). Estes dados podem, assim, reforçar os valores obtidos através dos questionários, uma vez que as actividades de operários, artífices e trabalhadores similares e pessoal de serviços e vendedores também foram algumas das mais mencionadas pelos alunos inquiridos.

Quadro 11 – Grupos de profissões dos pais dos alunos das escolas de Espinho

GRUPOS DE PROFISSÕES-ESPINHO	Pai	Mãe
Membros das Forças Armadas	0,5%	0%
Quadros Superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	9,9%	3,9%
Especialista das profissões intelectuais e científicas	9,1%	10,4%
Técnicos e profissionais de nível intermédio	3,8%	5,1%
Pessoal administrativo e similares	5,1%	5,7%
Pessoal dos serviços e vendedores	5%	13%
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	0,5%	0,5%
Operários, artífices e trabalhadores similares	28,6%	9,8%
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem	3,3%	1%
Trabalhadores não qualificados	7,7%	8,9%
Desempregada/o	5,1%	3,9%
Estudante	0%	0,2%
Doméstica/o	0%	23,3%
Reformada/o	1,4%	0,7%
Inválido	0,3%	0,7%
Mal definido, ignorado ou não especificado	19,7%	12,8%
Total	100%	100%

⁸ A Classificação Nacional de Profissões de 1994 designa que " os especialistas das profissões intelectuais e científicas desenvolvem conhecimentos ou aplicam conceitos e teorias científicas ou artísticas, transmitem-nos de forma sistemática através do ensino ou dedicam-se a todas as actividades atrás descritas." In (<http://www.ine.pt/Prodserv/nomenclaturas/CNP1994.asp>)

⁹ A Classificação Nacional de Profissões de 1994 designa que " os quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa dão pareceres ao Governo em matéria de política, interpretam e aplicam a política governamental, aplicam e coordenam a política e a actividade de uma empresa ou de uma organização ou dos departamentos ou serviços internos das mesmas. "

Quadro 11.1 – População residente empregada segundo Grupos de Profissões (%) no Concelho de Espinho – Censos 2001 – INE

GRUPOS DE PROFISSÕES-ESPINHO	%
Membros das Forças Armadas	0,4%
Quadros Superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	7,9%
Especialista das profissões intelectuais e científicas	8,7%
Técnicos e profissionais de nível intermédio	8,8%
Pessoal administrativo e similares	10,6%
Pessoal dos serviços e vendedores	13,3%
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	0,7%
Operários, artífices e trabalhadores similares	22,3%
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem	12,1%
Trabalhadores não qualificados	14,9%
Total	100%

5. Concelho de Oliveira de Azeméis

O concelho de Oliveira de Azeméis é fortemente industrializado concentrando a sua actividade principalmente nos sectores do calçado, metalurgia e metalomecânica. Deste modo, não é surpreendente que ao analisar o quadro 12, se possa concluir que a família de origem dos alunos inquiridos é caracterizada, a nível profissional, pelas actividades desempenhadas na esfera dos operários, artífices e trabalhadores similares (pai: 44,8% e mãe: 31,9%). Em relação às mães, a actividade de doméstica, à semelhança dos concelhos anteriores, tem um valor significativo (23,2%).

Tal como aconteceu nos concelhos anteriormente analisados, o valor do item mal definido, ignorado ou não especificado das profissões dos pais dos alunos inquiridos é elevado (16,7%).

Mais uma vez, os dados do INE relativamente ao Censos 2001 (ver quadro 12.1) vêm confirmar os dados obtidos através dos alunos inquiridos, uma vez que indicam que o principal grupo profissional do concelho de Oliveira de Azeméis se insere nos operários, artífices e trabalhadores similares (36,2%).

Quadro 12 – Grupos de Profissões dos pais dos alunos das escolas de Oliveira de Azeméis

GRUPOS DE PROFISSÕES – OLIVEIRA DE AZEMÉIS	Pai	Mãe
Membros das Forças Armadas	0,3%	0%
Quadros Superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	7,2%	2,1%
Especialista das profissões intelectuais e científicas	6,1%	4,8%
Técnicos e profissionais de nível intermédio	1,7%	3%
Pessoal administrativo e similares	2,4%	5,6%
Pessoal dos serviços e vendedores	3,7%	8,1%
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	1,1%	0,2%
Operários, artífices e trabalhadores similares	44,8%	31,9%
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem	5,7%	0,3%
Trabalhadores não qualificados	7,3%	8,3%
Desempregada/o	1,5%	2,3%
Estudante	0%	0,1%
Doméstica/o	0,1%	23,2%
Reformada/o	0,6%	0,1%
Inválido	0,9%	0,5%
Mal definido, ignorado ou não especificado	16,7%	9,5%
Total	100%	100%

Quadro 12.1 – População residente empregada segundo Grupos de Profissões (%) – Censos 2001 - INE

GRUPOS DE PROFISSÕES - OLIVEIRA DE AZEMÉIS	%
Membros das Forças Armadas	0,1%
Quadros Superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	7,4%
Especialista das profissões intelectuais e científicas	3,8%
Técnicos e profissionais de nível intermédio	7,2%
Pessoal administrativo e similares	8%
Pessoal dos serviços e vendedores	8,7%
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	1,6%
Operários, artífices e trabalhadores similares	36,2%
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem	15,9%
Trabalhadores não qualificados	11,2%
Total	100%

PÚBLICO-ALVO DO PROJECTO

Neste tópico serão apresentados alguns dados de caracterização dos grupos-alvo A, B e C. Os valores provêm de duas fontes de informação distintas, ainda que complementares: os dados recolhidos nos instrumentos de avaliação administrados e a sistematização dos dados das folhas de presença das acções de sensibilização e informação realizadas.

O facto do valor total de alunos — n — por vezes ser inferior, resulta precisamente da origem distinta dos dados — folhas de presença ou dados dos questionários — uma vez que a introdução dos questionários na base de dados criada, nos forçou, em alguns casos, à anulação de informação, percebida a sua não fiabilidade, nomeadamente, através do preenchimento aleatório das questões ou de dados etários totalmente desajustados. Ainda que esta diferença não se assuma como consideravelmente elevada, fazemos este pequeno apontamento para a sua melhor análise.

Por outro lado, os dados das folhas de presenças fornecem-nos os números dos alunos presentes na 1ª e na 2ª acção. De forma a uniformizar os dados e tornar a sua leitura mais simples iremos utilizar, para a elaboração dos gráficos, os dados de participação dos alunos na 1ª acção.

Quadro 13: Número de indivíduos por grupo-alvo, por acção realizada, por sexo e por ano de escolaridade.

GRUPOS-ALVO/ANOS DE ESCOLARIDADE		ACÇÃO A1 E B1 SUB-TOTAL POR:				ACÇÃO A2 E B2 SUB-TOTAL POR:			
		FEM.	MASC.	ANO	GRUPO ALVO	FEM.	MASC.	ANO	GRUPO ALVO
A	7º ano	599	644	1243	3600	569	633	1202	3547
	8º ano	567	582	1149		605	634	1239	
	9º ano	640	568	1208		603	503	1106	
B	10º ano	44	32	76	114	43	36	79	126
	11º ano	27	8	35		32	11	43	
	12º ano	3	0	3		4	0	4	
CEF ¹		10	37	47	47	11	38	49	49
Total		3761				3722			

Cursos de Educação e Formação: estes cursos baseiam-se em itinerários de qualificação de nível 1 e 2

GRUPO-ALVO C: PROF. DE EDUCAÇÃO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
	356	48	404

Fonte: Folhas de presença das acções de sensibilização e informação realizadas aos grupos-alvo A, B e C.

Com base na análise do quadro anterior é possível verificar que, no total, cerca de 3700 alunos e 404 profissionais de educação foram alvo da intervenção do Projecto IUNO, no período compreendido entre 1 de Setembro de 2003 e 31 de Agosto de 2005.

A diferença existente entre a presença dos alunos nas duas acções realizadas (39 alunos) relaciona-se com o facto de algumas turmas apenas terem sido alvo da Acção de Informação e Sensibilização sobre Violência Doméstica, mas não terem estado presentes na Acção de Informação e sensibilização sobre Violência Sexual. Os motivos desta não comparência são da responsabilidade dos alunos e das escolas e totalmente alheios à nossa vontade. Os casos verificados ocorreram em fases de finalização do ano lectivo, não tendo sido possível, por esse facto, repor as acções não realizadas.

Por outro lado, verifica-se também uma diferença bastante significativa entre os grupos-alvo A e B. De facto, a dificuldade verificada no ano lectivo 2003/04 em intervir junto de alunos dos 10º, 11º e 12º anos, manteve-se durante 2004/05 período. Em virtude destes alunos possuírem uma obrigatoriedade de cumprimento curricular, aparentemente mais rígida do que o grupo-alvo A, torna-os num público mais inacessível. Uma vez que a diferença entre o número de alunos do grupo-alvo A e do grupo-alvo B é significativa, os dados de caracterização geral irão ser realizados de forma conjunta.

Por outro lado a discrepância existente entre o número de profissionais de educação presentes e o número de questionários preenchidos por estes justifica-se precisamente pela pouca disponibilidade demonstrada para a colaboração directa com o processo de avaliação: alguns profissionais optaram por não preencher os questionários aplicados ou por não proceder à sua devolução ao interlocutor responsável por esta tarefa.

Nos gráficos que se seguem, os dados dos alunos (grupo-alvo A e B) serão sistematizados por concelho e por escola:

Gráfico 1 : número de alunos, por escola, no concelho de Baião

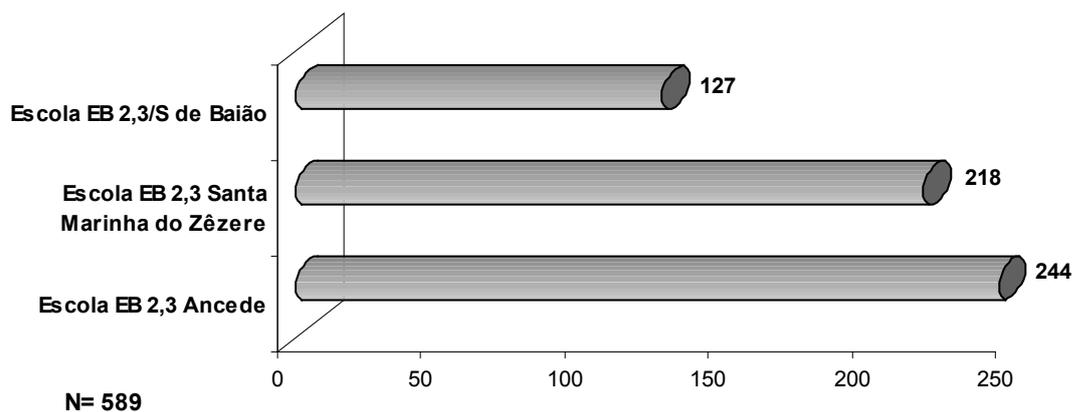


Gráfico 2 : número de alunos, por escola, no concelho de Castelo de Paiva

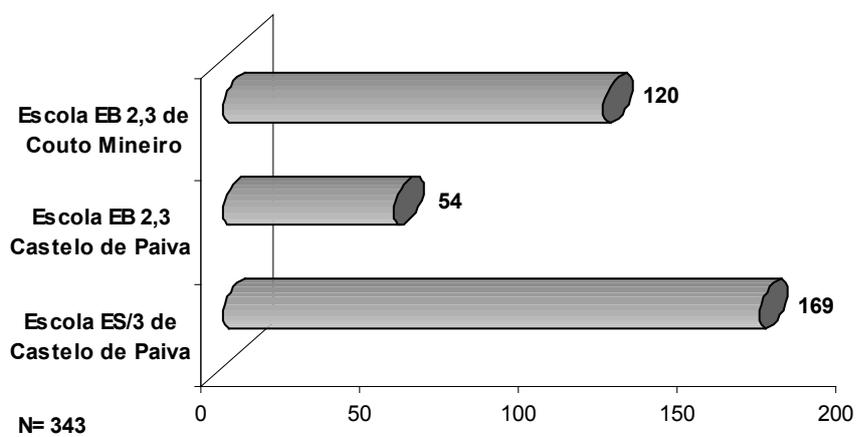


Gráfico 3 : número de alunos, por escola, no concelho de Cinfães

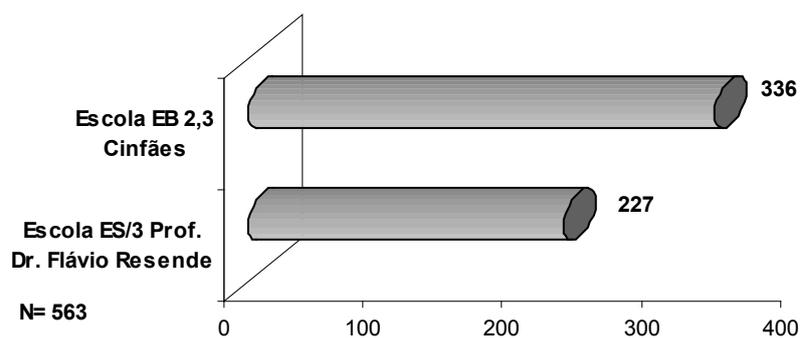


Gráfico 4 : número de alunos, por escola, no concelho de Espinho

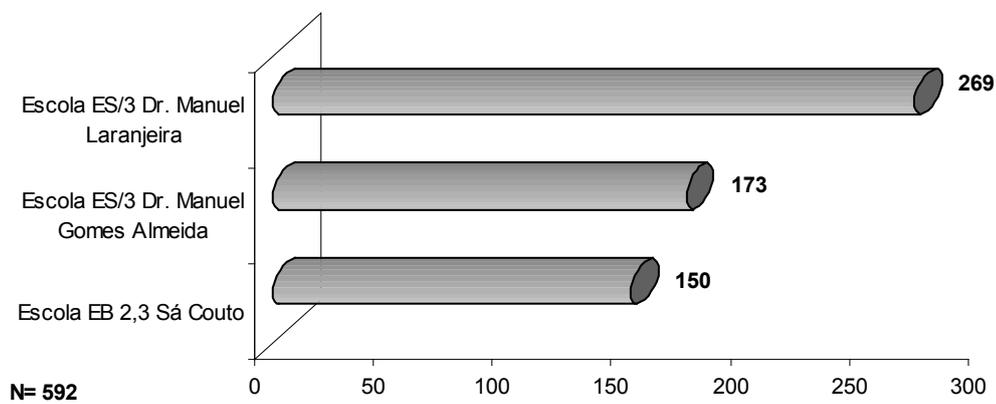


Gráfico 5 : número de alunos, por escola, no concelho de Oliveira de Azeméis

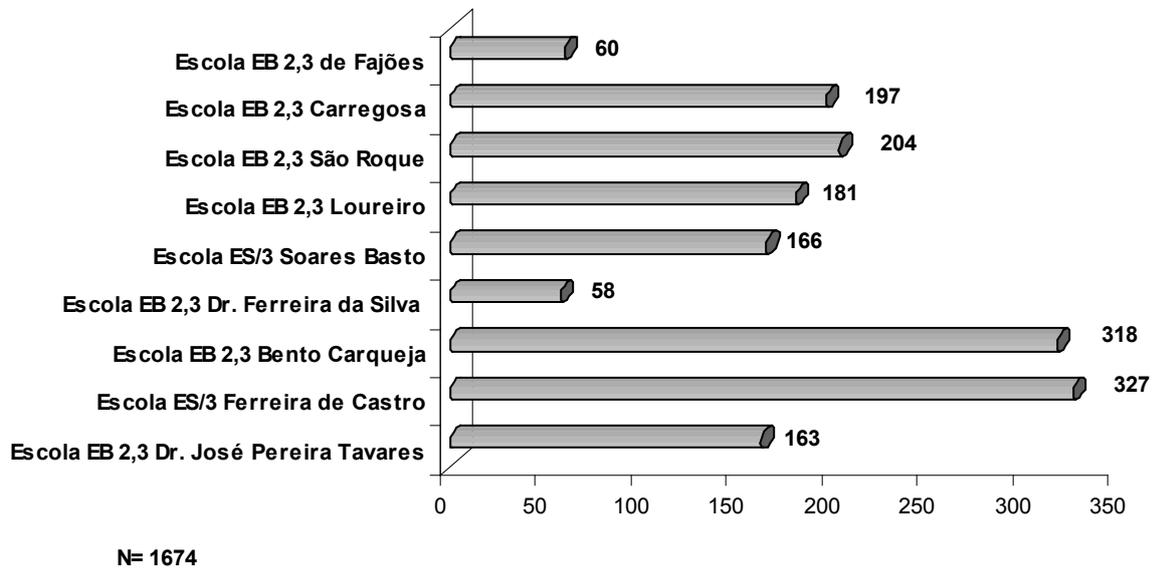
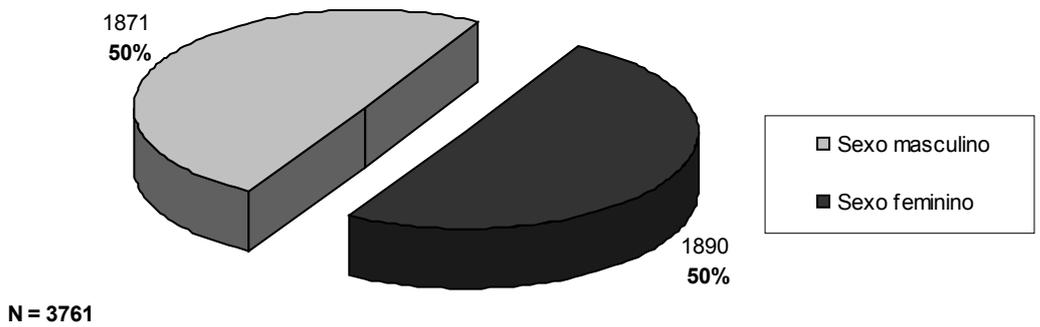


Gráfico 6: Frequência e percentagem total de alunos, por sexo



Quadro 14:
Idade dos indivíduos por grupo-alvo.

Fonte: dados pessoais recolhidos através dos questionários administrados

Idade	Alunos Grupo A e B		Profissionais de Educação		Total	
	N	%	N	%	N	%
10 anos	0	0%	—	—	0	0%
11 anos	20	0,5%	—	—	20	0,5%
12 anos	656	18%	—	—	656	18%
13 anos	920	25,2%	—	—	920	25,2%
14 anos	1073	29,4%	—	—	1073	29,4%
15 anos	556	15,2%	—	—	556	15,2%
16 anos	279	7,7%	—	—	279	7,7%
17 anos	79	2,2%	—	—	79	2,2%
18 anos	21	0,6%	—	—	21	0,6%
19 anos	3	0,1%	—	—	3	0,1%
Não responde/ resposta anulada	39	1,1%	—	—	39	1,1%
Total	3646	100%	—	—	3646	100%
20 – 25 anos	—	—	19	9,6%	19	9,6%
26 – 30 anos	—	—	40	20,2%	40	20,2%
31 – 35 anos	—	—	42	21,2%	42	21,2%
36 – 40 anos	—	—	36	18,2%	36	18,2%
41 – 45 anos	—	—	32	16,2%	32	16,2%
46 – 50 anos	—	—	15	7,6%	15	7,6%
51 – 55 anos	—	—	8	4%	8	4%
56 – 60 anos	—	—	4	2%	4	2%
61 – 65 anos	—	—	2	1%	2	1%
Total	—	—	198	100%	198	100%

Em resumo:

1. A maioria dos alunos junto dos quais intervimos tem idades compreendidas entre os 13 e os 14 anos;
2. concelho no qual a intervenção se estendeu a um maior número de escolas e de alunos foi o Concelho de Oliveira de Azeméis, sendo o número total 1674 alunos; seguiram-se os concelhos de Espinho (592), Baião (589) e Cinfães (563). O concelho onde a intervenção incidiu sobre um número de alunos menor, foi o concelho de Castelo de Paiva (343);
3. A percentagem de alunos do sexo masculino e do sexo feminino juntos dos quais intervimos é semelhante, ou seja, 50%, uma vez que o número de indivíduos é muito próximo: 1871 rapazes e 1890 raparigas;
4. A escola onde um maior número de alunos participou na intervenção foi a Escola EB 2,3 de Cinfães (336), seguida da Escola EB2,3 de Ferreira de Castro (327);

Nos gráficos que se seguem, os dados dos profissionais de educação (grupo-alvo C) serão sistematizados por concelho e por escola:

Gráfico 7: Número de profissionais de educação, na Escola EB 2,3 de Santa Marinha do Zêzere, no Concelho de Baião



Gráfico 8: número de profissionais de educação, por escola, no concelho de Castelo de Paiva

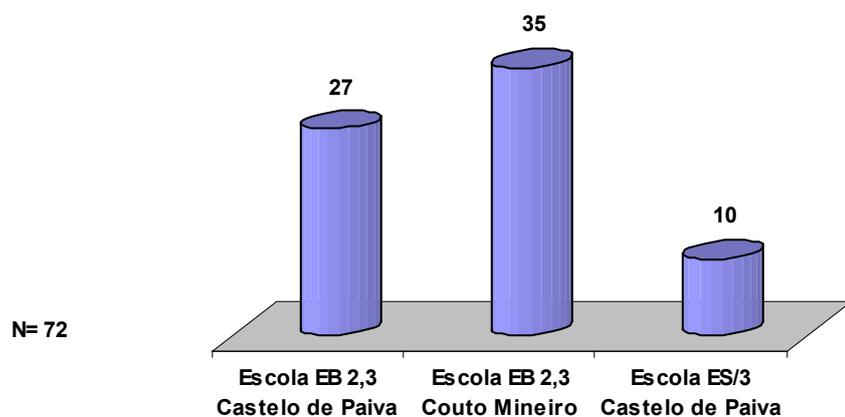


Gráfico 9: número de profissionais de educação, por escola, no concelho de Cinfães

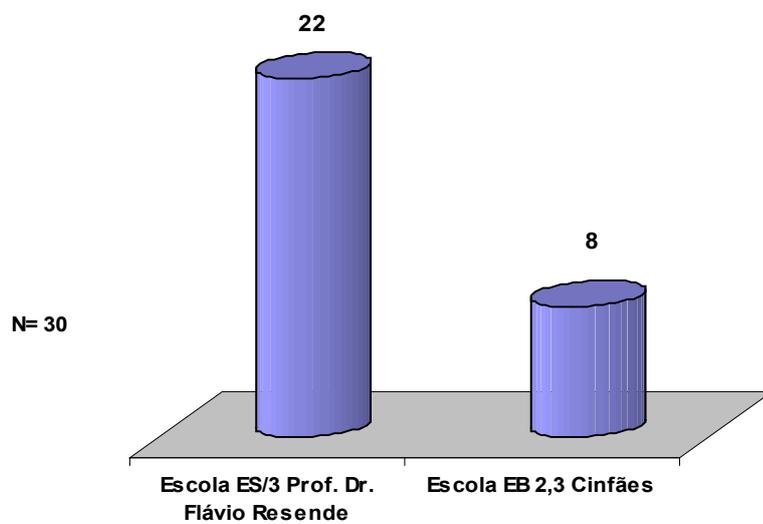


Gráfico 10: número de profissionais de educação, por escola, no concelho de Espinho

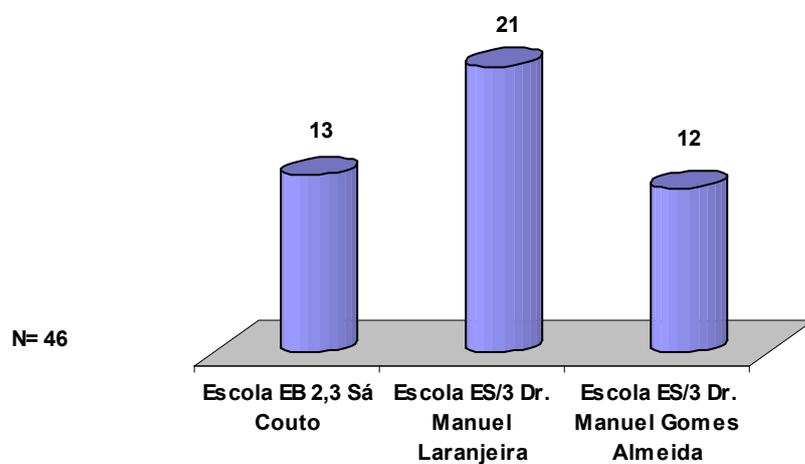


Gráfico 11: número de profissionais de educação, por escola, no concelho de Oliveira de Azeméis

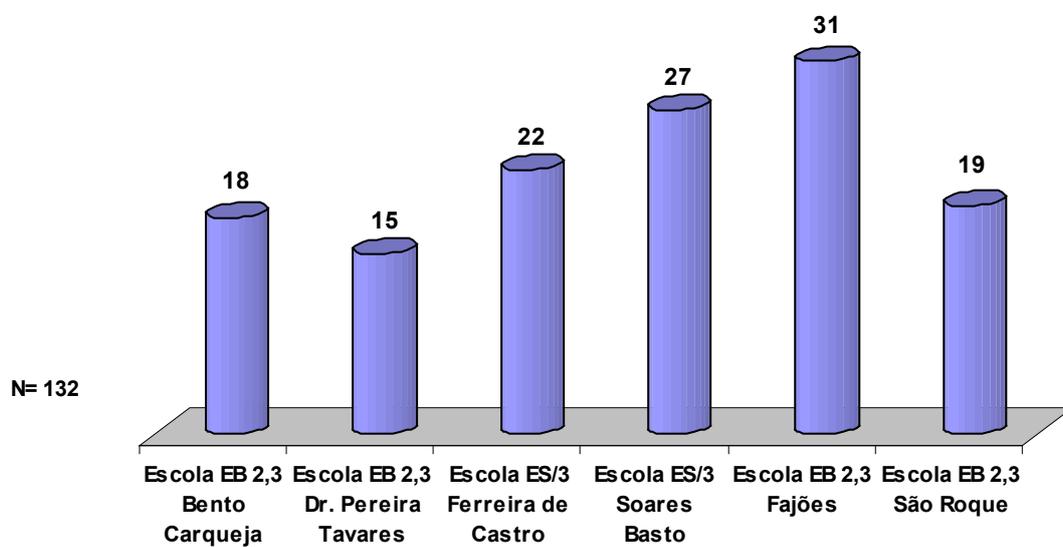
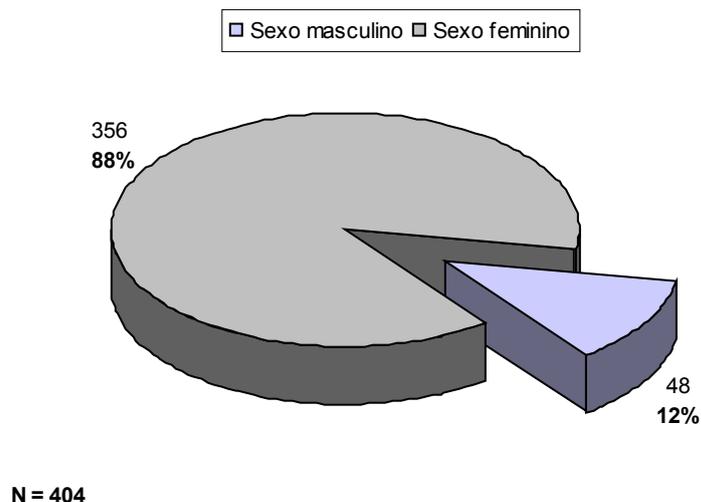


Gráfico 12: Frequência e percentagem total de profissionais de educação, por sexo



Em resumo:

1. A maioria dos profissionais de educação junto dos quais intervimos têm idades compreendidas entre os 26 e os 35 anos;
2. concelho onde se verificou um maior número de participação por parte dos profissionais de educação foi o concelho de Oliveira de Azeméis (132), seguido pelos concelhos de Castelo de Paiva (72), Espinho (46), Cinfães (30) e Baião (14);
3. As escolas onde a participação dos profissionais foi mais elevada, foram a Escola EB 2,3 de Couto Mineiro (35) e a Escola EB 2,3 de Fajões (31), uma vez que solicitaram a realização de duas acções C;
4. Os profissionais junto dos quais intervimos são, maioritariamente, do sexo feminino (88%), sendo apenas 12% do sexo masculino.

PARCERIAS DO PROJECTO

A selecção das entidades parceiras realizada em período de candidatura, não foi obviamente aleatória. O que se ponderou nesta escolha foi a pertinência do papel que cada uma delas poderia desempenhar num projecto de intervenção, dirigido para adolescentes e profissionais e educação, em contexto escolar e onde era fundamental avaliar o impacto desta mesma intervenção. Com efeito, cada uma das entidades assumiu, à luz do compromisso inicial, o papel que as peças de um *puzzle* assumem: absoluta complementaridade.

A. Direcção Regional de Educação do Norte/Ministério da Educação

A Direcção Regional de Educação do Norte é um serviço executivo e periférico do Ministério de Educação, com funções de administração desconcentrada, dotado de autonomia administrativa. Este serviço encontra-se sediado no Porto e tem como principal função assegurar a orientação e coordenação do funcionamento das escolas públicas e respectivos agrupamentos, assim como o apoio aos mesmos. O apoio às escolas particulares e cooperativas é realizado em menor dimensão.

A área de intervenção da Direcção Regional de Educação do Norte concentra-se em 8 distritos: Aveiro, Braga, Bragança, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

Profissionais de referência no trabalho realizado com a entidade parceira: elementos do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) da DREN: Senhora Dra. Sónia Barbosa e Senhor Dr. Paulo Fonseca

Avaliação global

A participação da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) consistiu, sobretudo, nas tarefas de (1) identificação e selecção das escolas dos concelhos designados de acordo com a caracterização dos grupos-alvo do projecto; (2) análise das necessidades e problemas dos grupos-alvo, (3) realização dos contactos iniciais com as escolas com vista a delinear a sua participação, bem como a recolha do seu contacto e a identificação do interlocutor responsável nos contactos com a DREN e o Projecto IUNO e (4) planeamento conjunto de estratégias de abordagem junto dos diferentes intervenientes.

O saber prático da DREN no contacto com as escolas e com os seus intervenientes, e o estatuto privilegiado que assume junto destes foi um factor indispensável. Por outro lado, a disponibilidade demonstrada para o esclarecimento de dúvidas e pedidos de colaboração foram aspectos transversais a todo o percurso.

B. Fundação da Juventude

A Fundação da Juventude foi criada a 25 de Setembro de 1989 por 21 instituições públicas e privadas e declarada instituição de utilidade pública, em Março de 1990. A sua sede localiza-se no Porto e tem delegações nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, no Algarve e na região autónoma da Madeira. Os principais objectivos da Fundação da Juventude prendem-se com a realização ou apoio de iniciativas destinadas a promover a integração dos jovens na vida activa e profissional.

Profissional de referência no trabalho realizado com a entidade parceira: Senhora Dra. Ema Gonçalves

Avaliação Global

A Fundação da Juventude participou na realização de uma avaliação estruturada das Acções de sensibilização sobre Violência Doméstica e Violência Sexual integradas no Projecto IUNO., tendo elaborado grelhas para poderem ser utilizadas enquanto instrumentos de avaliação da intervenção realizada.

Nesse sentido, consideramos que a participação directa da Fundação da Juventude, enquanto entidade competente no trabalho com jovens, seria reconhecidamente uma entidade idónea, cuja lente de avaliação seria, tal como confirmou ser, uma valia em todo o esquema de avaliação.

C. Departamento de Psicologia da Universidade do Minho

A Universidade do Minho é uma universidade pública que foi fundada em 1973 e iniciou a sua actividade académica em 1975/76. Localizada na região do Minho, tem desempenhado o papel de agente de desenvolvimento da região. Com uma população estudantil de mais de 16000 e com cerca de 1100 docentes e quase 600 técnicos e pessoal administrativo, a Universidade do Minho é uma das maiores universidades portuguesas.

A administração da universidade está localizada em Braga e a maioria das actividades científicas e académicas são desenvolvidas em dois pólos: o *campus* de Gualtar, em Braga, e o *campus* de Azurém, em Guimarães.

A Universidade do Minho está organizada por Escolas/Institutos, cada uma contendo vários departamentos, incluindo o departamento de Psicologia que está inserido no Instituto de Educação e Psicologia.

Profissional de referência no trabalho realizado com a entidade parceira: Doutora Carla Machado

Avaliação global

O Departamento de Psicologia da Universidade do Minho desenvolveu actividades no âmbito da (1) definição metodologias de aplicação de instrumentos de diagnóstico de necessidades junto dos grupos-alvo, ao nível da aplicação dos pré-testes, pós-testes e follow-ups e (2) participação na definição de metodologias de acompanhamento e de apoio junto dos grupos-alvo, tendo cumprido, em pleno, os objectivos propostos.

Na fase final, colaborou na análise de resultados dos questionários administrados com vista à avaliação do impacto das acções realizadas.

ANÁLISE GERAL DOS RESULTADOS

Processo de avaliação

O processo de avaliação implementado pelo Projecto IUNO, pretendeu analisar o impacto das acções de informação e sensibilização efectuadas junto da população alvo, com base num processo de comparação do grau de concordância com as crenças acerca das problemáticas abordadas. Esta análise ocorreu em três momentos de aplicação distintos — *pré-teste* — a ter lugar antes da intervenção, — *pós-teste* — aplicada imediatamente após a intervenção — e *follow-up* — três a quatro meses após a intervenção. Este processo assumiu-se como um investimento financeiro e humano consciente para a validação da intervenção preconizada neste projecto.

Apesar de percebermos que uma pequena percentagem dos elementos dos grupos-alvo revela, por vezes, alguma relutância para o preenchimento dos questionários, estamos certos que a validação do nosso trabalho dependeu, em larga medida, dos resultados aferidos. Alguns alunos justificaram a resistência ao processo de avaliação pela quantidade de questionários que são forçados a preencher ao longo de todo o ano lectivo, em virtude de um sem número de investigações que solicitam a colaboração das escolas; por outro lado, foi nosso entender que os profissionais de educação se consideraram demasiado avaliados e, nem todos, se sentiram confortáveis nessa situação.

Todavia, na análise que efectuamos aos materiais recolhidos, reconhecemos que a maioria se empenha no preenchimento dos questionários. Não obstante, nas fases *pré-teste* e *follow-up*, momentos em que não controlamos a administração dos questionários, uma vez que são os professores ou os interlocutores a realizar esta tarefa, é percebido, pontualmente, um preenchimento aleatório das questões.

Na última fase de aplicação, ou seja, no *follow-up*, foram percebidas dificuldades acrescidas na aplicação e recolha dos questionários, em virtude dos períodos de finalização dos anos lectivos se assumirem como períodos conturbados de organização das escolas. As actividades promovidas pelas escolas e que protagonizam estas fases, produzem alguma dispersão entre os alunos e professores, dificultando a sua concentração em outras actividades propostas.

Sabemos que poderiam ter sido ponderadas formas de avaliação menos estruturadas. No entanto, reconhecemos que avaliações menos estruturadas apenas poderiam produzir conclusões menos fundamentadas o que, do nosso ponto de vista, não dignificaria o trabalho realizado.

Reconhecemos que o facto de delegarmos algumas tarefas nos interlocutores pode ter permitido que a introdução de instruções para o preenchimento dos dados fosse realizada de forma diferente, podendo mesmo, desvalorizar a explicação acerca do porquê do preenchimento dos questionários e tornar menos uniforme este processo. Consideramos que, no futuro, todas as fases de administração dos questionários de avaliação deverão ser controlados pela equipa técnica do projecto, minimizando diferenças intra e inter escolas.

O esquema de avaliação utilizado com os alunos incidu fundamentalmente sobre aquele que foi considerado o propósito central das acções realizadas, ou seja, o desafio das representações sociais e culturais acerca das problemáticas da violência doméstica e da violência sexual. Esta avaliação foi realizada através da aplicação de duas escalas: Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC) e Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (ECAS).

Complementarmente à escala aplicada — Escala de Crenças sobre Abuso Sexual — os profissionais de educação resolveram um Caso Prático que incidia sobre os conteúdos abordados na acção: indícios de vitimação, factores de risco nas crianças/adolescentes e nos pais e estratégias de sinalização e intervenção face a situações de risco.

Em termos objectivos, o foco da nossa avaliação foi o reconhecimento do impacto da intervenção realizada através da análise dos seguintes indicadores:

1. Evolução do nível de discordância acerca das crenças sociais e culturais sobre as problemáticas abordadas, junto dos diferentes grupos, após a realização das acções de sensibilização e informação sobre Violência Doméstica e Violência Sexual;
2. Evolução dos conhecimentos dos Profissionais de Educação, nomeadamente, acerca dos indicadores de vitimação, dos factores de risco nos pais e nas crianças e adolescentes para a ocorrência de violência contra crianças e adolescentes, dos factores protectores e de estratégias de intervenção, após a realização das acções de sensibilização e informação sobre Violência Doméstica e Violência Sexual;
3. Manutenção, a médio prazo, da evolução positiva destes indicadores.

Procedimentos de Análise de Dados

Os resultados destas escalas, do caso prático e os dados dos grupos-alvo foram introduzidos numa base de dados criada no programa de análise estatística SPSS 11.5 (*Statistic Package for Social Sciencies*) e foram analisados com o objectivo de avaliar o impacto da intervenção realizada através da análise e cruzamento das diferentes variáveis.

A análise do impacto da intervenção, ou seja, a percepção acerca de uma diferença significativa entre as diferentes fases e para os diferentes grupos baseou-se na utilização de testes de hipóteses que permitissem aferir esta diferença. Dadas as características da amostra e da base de dados, os testes de hipóteses seleccionados foram o *Kruskal-Wallis* e o teste de hipóteses *Mann-Whitney*. Uma das consequências indirectas do respeito pelo pressuposto base da confidencialidade no preenchimento das escalas aplicadas, foi o não emparelhamento das amostras.

Com efeito, a identificação da escola, turma e número de cada aluno ou um número de identificação de cada

profissional de educação seriam dados suficientes para nos permitirem o emparelhamento dos dados entre as diferentes fases. Contudo, as inúmeras vezes em que fomos interpelados acerca da possibilidade de quebra de confidencialidade através da verificação dos dados de identificação de cada elemento, face à ausência de outras alternativas válidas, forçou-nos à retirada dos elementos que pudessem denunciar a procedência das escalas. Na verdade, o que pesou nos dois pratos da balança foi, por um lado, a impossibilidade de podermos emparelhar os dados e com isso obtermos dados menos fidedignos e, por outro, o condicionamento no preenchimento das escalas gerado pela desconfiança dos indivíduos, face às possibilidades, ou não, de serem identificados como autores.

Efectivamente, o conteúdo das escalas, ou seja o nível de concordância ou discordância com algumas representações sociais acerca das problemáticas da violência doméstica e sexual, não é um instrumento diagnóstico de situações de violência ou abuso, permitindo, contudo, aferir algumas ideias pré-concebidas acerca dos temas. Mas, mesmo assim, acreditamos que a ausência de anonimato seria uma variável de peso na veracidade das respostas.

Por outro lado, a resolução de um caso prático pelos profissionais de educação, parece ter gerado, em alguns, a sensação de que estariam a ser alvo de uma avaliação e de que as suas respostas ou práticas poderiam ser criticadas ou colocadas em causa. Apesar de ter sido reforçado que, objectivamente, a avaliação pretendia analisar a intervenção realizada e não os participantes nas acções de sensibilização e informação, consideramos que a baixa adesão deste grupo-alvo ao preenchimento do questionário e do caso prático, nas fases de avaliação definidas, poderá basear-se nestes argumentos.

Em suma, a confusão entre os factores confidencialidade e anonimato determinou a independências das amostras e, em parte, a selecção dos testes a utilizar.

O teste de *Kruskal-Wallis* é um teste não paramétrico aplicado a variáveis de nível ordinal, e é também uma alternativa ao *One-Way Anova* quando não se encontram reunidos os pressupostos deste último: a normalidade e a igualdade das variâncias. Apesar de a normalidade poder ser ignorada quando a dimensão da amostra é elevada ($n > 30$), uma vez que, a não ser que a amostra fosse muito enviesada, teria consequências mínimas na interpretação dos resultados, quando os n não são iguais ou semelhantes e há grandes afastamentos tanto da normalidade como da homocedasticidade, as conclusões da análise de variância poderiam estar em risco. Neste caso, a diferença do valor de n na 3ª fase e do n das fases 1 e 2 não permite cumprir o pressuposto da igualdade das variâncias.

Contudo, o teste de hipóteses seleccionado, permite ver se existem diferenças entre três ou mais condições experimentais independentes nos casos em que a distribuição da amostra é normal, mas não se observa homocedasticidade, ou seja, variâncias semelhantes, ou nas situações em que a amostra não reúne o pressuposto de normalidade.

Assim, a partir de amostras aleatórias de K populações, pretende-se testar a hipótese de existência de um parâmetro de localização comum entre todas as populações contra a hipótese alternativa de que, pelo menos,

uma das populações tende a apresentar valores superiores ou inferiores à outras. Esta diferença poderá ser assumida sempre que o nível de significância que resultar do teste for superior a p , ou seja, 0.05 , o erro tipo I definido à partida.

Contudo, e uma vez que o *Kruskal-Wallis* apenas nos indicará a existência ou não de um parâmetro de tendência central entre as três fases, caso se rejeite a hipótese nula, ou seja, caso se conclua que as três fases são diferentes, será necessário usar uma regra de decisão para saber onde se situam as diferenças. Para tal teremos que recorrer a um teste complementar — *Mann-Whitney* — com vista a verificar se a diferença está localizada na comparação entre as fases 1 e 2 e/ou 2 e 3 e/ou 1 e 3.

O teste *Mann-Whitney* compara o centro da localização de duas amostras como forma de comparar diferenças entre duas populações. Este teste é de utilização preferível ao t quando as variáveis são de nível pelo menos ordinal e possibilita verificar a igualdade de comportamentos de dois grupos de casos ou a existência de diferenças entre duas condições experimentais. Tal como no teste anterior, a diferença poderá ser assumida sempre que o nível de significância que resultar do teste for superior a p , ou seja, 0.05 .

Esta análise da distribuição dos parâmetros de tendência central será analisada questão a questão, dentro dos diferentes concelhos e no total, para cada escala, considerando as diferenças entre os diferentes grupos-alvo. Contudo, será importante assinalar que, em virtude da duração das ações de sensibilização e informação realizadas, não foi possível discutir todos os mitos avaliados nas escalas, pelo que nos parece relevante fazer a discriminação das afirmações não trabalhadas, uma vez que será provável, que a diferença verificada entre as diferentes fases de intervenção nos itens não discutidos, não se assumam tão relevantes.

A selecção dos mitos teve em conta não apenas o factor temporal, como também, a complexidade de algumas questões para grupos mais jovens e a sobreposição das justificações na abordagem de representações sociais relativamente semelhantes. No entanto, a não abordagem de todos os mitos, principalmente na ECVC, permite-nos aferir se as diferenças apresentadas são mais evidentes quando os temas são trabalhados de uma forma mais directa, ou se, bastaria uma reflexão e discussão mais genérica, para serem percebidas mudanças.

De seguida, serão elencados, para cada escala, os itens cuja análise foi menos individualizada e mais generalizada:

A. Escala de Crenças sobre Abuso Sexual

Item 8: *A maioria das queixas de abuso sexual são inventadas pelas mães (por exemplo, nos processos de divórcio)*

B. Escala de Crenças sobre Violência Conjugal

Item 5: *É a ideia das mulheres quererem tantos direitos como os homens que causa problemas entre o casal;*

Item 7: *A preocupação com a situação das mulheres que são maltratadas no casamento só serve para separar as famílias;*

Item 9: *Se as mulheres se portarem como boas esposas não serão maltratadas;*

Item 10: *Os homens passam a agredir as mulheres porque se envolvem em relações extra-conjugais;*

Item 15: *Em casos de violência conjugal, a polícia deve apenas tentar acalmar os ânimos e reconciliar o casal;*

Item 19: *Uma mulher deve retirar a queixa de maus tratos contra o marido, sempre que este lhe peça desculpa pelo que fez;*

Item 22: *Uma bofetada não magoa ninguém;*

Item 24: *Maridos e mulheres sempre se bateram. É natural e não tem nada de mal.*

Item 25: *É mais aceitável um homem bater numa mulher do que o contrário.*

A análise dos dados foi realizada a quatro níveis:

- 1- Comparação dos resultados dos grupos-alvo A e B na análise das respostas à Escala de Crenças sobre Abuso Sexual nos diferentes concelhos de intervenção (Tabela 1 e Tabela 3);
- 2- Comparação dos resultados dos grupos-alvo A e B na análise das respostas à Escala de Crenças sobre Violência Conjugal nos diferentes concelhos de intervenção (Tabelas 1 e 2);
- 3- Comparação global dos resultados dos grupos A, B e C na análise das respostas da Escala de Crenças sobre Abuso Sexual ;
- 4- Comparação global dos resultados dos grupos A, B na análise das respostas à Escala de Crenças sobre Violência Conjugal;
- 5- Sistematização dos resultado do caso prático aplicado aos profissionais de educação.

Para simplificar a apresentação dos resultados dos testes de hipóteses, faremos recurso das Tabelas 1 e 2 que procuram reunir os dados de frequência e percentagem das categorias de respostas às escalas ECAS e ECVC, por concelho e no total, dos grupos-alvo A e B e às Tabelas 3, 4, 5, 6, que sistematizam os resultados da aplicação dos testes de hipóteses *Kruskall-Wallis* e *Mann-Whitney*, relativamente às comparações entre as diferentes fases, nos diferentes contextos de aplicação.

Tabela 1:
 Frequência e percentagem das categorias de respostas às escalas ECAS e ECVC, por concelho, dos grupos-alvo A e B

Concelho	Grupo Alvo	Fase	ECAS : Escala de Crenças sobre Abuso Sexual				ECVC: Escala de Crenças sobre Violência Conjugal									
			Resposta Anulada	Discredo Total/	Discredo	Não concordo Nem Discordo	Concordo Total-mente	Concordo	Discredo Total/	Discredo	Nem concordo Nem Discordo	Concordo Total/	Total			
Baião	Grupo A	1º Fase	74	1927	2363	1867	801	244	7276	1916	1362	2235	2768	1740	678	10699
		2ª Fase	1,0%	26,5%	32,5%	25,6%	11,0%	3,4%	100%	17,9%	12,7%	20,9%	25,9%	16,3%	6,3%	100%
		3ª Fase	33	4105	3805	1466	375	143	9927	94	4295	4637	3252	22,9%	10,3%	3,1%
	Total	0,3%	41,4%	38,3%	14,8%	3,8%	1,4%	100%	0,7%	30,3%	32,7%	22,9%	10,3%	3,1%	100%	
Castelo de Paiva	Grupo A	1º Fase	185	1861	1889	1734	490	233	6392	56	2302	2510	2816	1175	541	9400
		2ª Fase	2,9%	29,1%	29,6%	27,1%	7,7%	3,6%	100%	0,6%	24,5%	26,7%	30,0%	12,5%	5,7%	100%
		3ª Fase	292	7893	8057	5067	1666	620	23595	2066	7959	9382	8836	4369	1662	34274
	Total	1,2%	33,5%	34,1%	21,5%	7,1%	2,6%	100%	6,0%	23,3%	27,4%	25,8%	12,7%	4,8%	100%	
Cinfães	Grupo A	1º Fase	53	744	1719	1381	666	262	4825	152	1448	2290	2335	1423	600	8248
		2ª Fase	1,1%	15,4%	35,7%	28,6%	13,8%	5,4%	100%	1,8%	17,6%	27,7%	28,3%	17,3%	7,3%	100%
		3ª Fase	23	1947	2244	1249	349	104	5916	44	2144	2719	2114	961	291	8273
	Total	0,4%	32,9%	37,9%	21,1%	5,9%	1,8%	100%	0,5%	25,9%	32,9%	25,6%	11,6%	3,5%	100%	
Cinfães	Grupo A	1º Fase	107	678	1256	547	181	53	2822	31	956	1642	943	459	119	4150
		2ª Fase	3,8%	24,0%	44,5%	19,4%	6,4%	1,9%	100%	0,8%	23,1%	39,5%	22,7%	11,0%	2,9%	100%
		3ª Fase	183	3369	5219	3177	1196	419	13563	227	4548	6651	5392	2843	1010	20671
	Total	1,3%	24,8%	38,5%	23,5%	8,8%	3,1%	100%	1,1%	22,0%	32,2%	26,1%	13,7%	4,9%	100,0%	
Cinfães	Grupo A	1º Fase	73	1677	2162	1758	769	275	6714	173	1678	2563	3123	1735	628	9900
		2ª Fase	1,1%	25,0%	32,2%	26,1%	11,5%	4,1%	100%	1,7%	16,9%	25,8%	31,5%	17,6%	6,3%	100,0%
		3ª Fase	14	2172	2683	1338	395	95	6697	58	2601	3539	2685	1406	411	10700
	Total	0,2%	32,4%	40,1%	20,0%	5,9%	1,4%	100%	0,5%	24,3%	33,1%	25,1%	13,2%	3,8%	100,0%	
Cinfães	Grupo A	1º Fase	112	574	783	449	166	41	2125	15	764	1073	817	375	81	3125
		2ª Fase	5,3%	27,0%	36,9%	21,1%	7,8%	1,9%	100%	0,5%	24,4%	34,4%	26,1%	12,0%	2,6%	100,0%
		3ª Fase	199	4423	5628	3545	1330	411	15536	246	5043	7175	6625	3516	1120	23725
	Total	1,3%	28,4%	36,2	22,9%	8,6%	2,6%	100%	1,0%	21,3%	30,2%	27,9%	14,8%	4,7%	100,0%	

Grupo B	1º Fase	31	480	588	397	105	14	1615	1º Fase	13	544	759	611	311	137	2375
		1,9%	29,7%	36,4%	24,6%	6,5%	0,9%	100%		0,6%	22,9%	31,9%	25,7%	13,1%	5,8%	100,0%
	2ª Fase	4	974	548	155	42	11	1734	2ª Fase	5	866	942	357	111	44	2325
		0,2%	56,2%	31,6%	8,9%	2,5%	0,6%	100%		0,2%	37,3%	40,5%	15,4%	4,8%	1,9%	100,0%
	3ª Fase	35	584	435	169	46	6	1275	3ª Fase	6	712	612	330	152	63	1875
		2,7%	45,8%	34,1%	13,3%	3,6%	0,5%	100%		0,3%	38,0%	32,6%	17,6%	8,1%	3,4%	100,0%
	Total	70	2038	1571	721	193	31	4624	Total	24	2122	2313	1298	574	244	6575
		1,5%	44,1%	33,9%	15,6%	4,2%	0,7%	100%		0,4%	32,3%	35,2%	19,7%	8,7%	3,7%	100,0%
Grupo A	1º Fase	61	2546	2846	2382	810	209	8854	1º Fase	143	2995	3686	3477	1786	488	12575
		0,7%	28,8%	32,1%	26,9%	9,1%	2,4%	100%		1,1%	23,8%	29,3%	27,7%	14,2%	3,9%	100,0%
	2ª Fase	25	3972	3040	1491	372	127	9027	2ª Fase	59	4417	4971	3078	1258	365	14148
		0,3%	44,0%	33,7%	16,5%	4,1%	1,4%	100%		0,4%	31,2%	35,1%	21,8%	8,9%	2,6%	100,0%
	3ª Fase	141	950	1014	588	159	55	2907	3ª Fase	400	1229	1310	845	370	121	4275
		4,8%	32,7%	34,9%	20,2%	5,5%	1,9%	100%		9,4%	28,7%	30,6%	19,8%	8,7%	2,8%	100%
	Total	227	7468	6900	4461	1341	391	20788	Total	602	8641	9967	7400	3414	974	30998
		1,1%	35,9%	33,2%	21,4%	6,5%	1,9%	100%		1,9%	27,9%	32,2%	23,9%	11,0%	3,1%	100%
Oliveira de Azeméis	1º Fase	201	7180	8484	7474	2880	1015	27234	1º Fase	405	8019	10277	11681	6420	2721	39523
		0,7%	26,4%	31,2%	27,4%	10,6%	3,7%	100%		1,0%	20,3%	26,0%	29,6%	16,2%	6,9%	100%
	2ª Fase	105	10623	8531	5152	1311	492	26214	2ª Fase	203	11559	12784	9626	4278	1448	39898
		0,4%	40,5%	32,5%	19,7%	5,0%	1,9%	100%		0,5%	29,0%	32,1%	24,1%	10,7%	3,6%	100%
	3ª Fase	524	4274	4548	4506	1226	392	15470	3ª Fase	240	5904	6164	6827	2576	1039	22750
		3,4%	27,7%	29,4%	29,1%	7,9%	2,5%	100%		1,1%	25,9%	27,1%	30,0%	11,3%	4,6%	100%
	Total	830	22077	21563	17132	5417	1899	68918	Total	848	25482	29225	28134	13274	5208	102171
		1,20%	32%	31,30%	24,90%	7,90%	2,70%	100%		0,8%	25,0%	28,6%	27,5%	13,0%	5,1%	100%

Tabela 2:
Frequência e percentagem das categorias de respostas às escalas ECAS e ECVC, no total, por grupo-alvo

		ECAS : Escala de Crenças sobre Abuso Sexual									
Grupo Alvo	Fase	Resposta Anulada	Discordo Total/	Discordo	Não concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Total			
Total	1º Fase	444	14816	17505	14754	5882	1999	55400			
		0,8%	26,8%	31,6%	26,6%	10,6%	3,6%	100%			
	2ª Fase	200	22819	20303	10696	2802	961	57771			
		0,3%	39,5%	35,1%	18,5%	4,9%	1,7%	100%			
	3ª Fase	1069	8337	9490	7824	2222	774	29716			
		3,6%	28,1%	31,9%	26,3%	7,5%	2,6%	100%			
	Total	1713	45972	47298	33274	10906	3734	142887			
		1,2%	32,2%	33,1%	23,3%	7,6%	2,6%	100%			
Grupo B	1º Fase	31	480	588	397	105	14	1615			
		1,9%	29,7%	36,4%	24,6%	6,5%	0,9%	100%			
	2ª Fase	6	1074	720	224	53	14	2091			
		0,3%	51,4%	34,4%	10,7%	2,5%	0,7%	100%			
	3ª Fase	35	584	435	169	46	6	1275			
		2,7%	45,8%	34,1%	13,3%	3,6%	0,5%	100%			
	Total	72	2138	1743	790	204	34	4981			
		1,4%	42,9%	35,0%	15,9%	4,1%	0,7%	100%			
ECVC: Escala de Crenças sobre Violência Conjugal											

Grupo Alvo	Fase	Resposta Anulada	Discordo Total/	Discordo	Não concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Total
Total	Grupo A	1º Fase	15502 19,2%	21051 26,0%	23384 28,9%	13104 16,2%	5115 6,3%	80945
		2ª Fase	25016 28,7%	28650 32,9%	20755 23,8%	9357 10,7%	2958 3,4%	87194 100%
		3ª Fase	11155 25,50%	12699 29,10%	12248 28%	4955 11,30%	1901 4,40%	43700 100%
		Total	51673 24,4%	62400 29,5%	56387 26,6%	27416 12,9%	9974 4,7%	211839 100%
Total	Grupo B	1º Fase	544 22,9%	759 32,0%	611 25,7%	311 13,1%	137 5,8%	2375
		2ª Fase	946 35,0%	1096 40,8%	456 16,8%	150 5,6%	47 1,6%	2700 100%
		3ª Fase	712 38,0%	612 32,6%	330 17,6%	152 8,1%	63 3,4%	1875 100%
		Total	2202 31,7%	2467 35,5%	1397 20,1%	613 8,8%	247 3,6%	6950 100%

Tabela 3: Sistematização dos resultados da ECAS, por concelho e grupo-alvo A e B, dos testes de hipóteses *Kruskal-Wallis* e *Mann-Whitney*

Escala de Crenças sobre Abuso Sexual	Baião			Castelo de Paiva			Cinfães			Espinho			Oliveira de Azeméis			
	Grupo-Alvo A			Grupo-Alvo A			Grupo-alvo B			Grupo-Alvo A			Grupo-Alvo A			
	Asymp. Sig.			Asymp. Sig.			Asymp. Sig.			Asymp. Sig.			Asymp. Sig.			
	Mann-Whitney			Mann-Whitney			Mann-Whitney			Mann-Whitney			Mann-Whitney			
	1-2	1-3	2-3	1-2	1-3	2-3	1-2	1-3	2-3	1-2	1-3	2-3	1-2	1-3	2-3	
1- É muito raro uma criança/adolescente ser abusada sexualmente	,000	,001	,000	,000	,018	,045	,000	,000	,607	,000	,011	,002	,000	,000	,007	,000
2- Só as raparigas é que são vítimas de abuso sexual	,000	,066	,000	,000	,994	,000	,000	,052	,018	,000	,137	,000	,000	,418	,000	,000
3- As pessoas que abusam sexualmente de crianças/adolescentes são quase sempre desconhecidas	,000	,000	,000	,000	,000	,301	,000	,000	,010	,000	,000	,878	,000	,000	,454	,000
4- A maioria das queixas de abuso sexual são fantasias da criança/adolescente	,000	,007	,005	,461	-----	-----	,985	-----	-----	,014	,003	,138	,273	-----	-----	,001
5- Os abusadores são pessoas que parecem diferentes das pessoas normais	,000	,000	,000	,000	,000	,007	,000	,000	,111	,000	,000	,004	,000	,000	,008	,000
6- As crianças põem provocar o abuso, pelo seu comportamento sedutor	,001	,000	,217	,017	,182	,006	,133	-----	-----	,009	,113	,074	,007	,414	,012	,000
7- Só se pode falar de abuso quando há violência	,000	,000	,037	,000	-----	-----	,005	,026	,002	,015	,013	,846	,000	,000	,012	,000
8- A maioria das queixas de abuso sexual são inventadas pelas mães (p.ex., nos processos de divórcio)	,004	,013	,416	,002	-----	-----	,077	-----	-----	,001	,001	,879	,000	,000	,184	,000

9- Se uma rapariga já foi abusada antes, então é natural que outros homens também abusem dela	,000	,000	,024	,004	,004	,002	,029	,758	,015	,012	,027	,621	,080					,000	,000	,000	,448	,000	,000	,005	,000
10 – Se alguém abusa sexualmente de uma criança/adolescente é porque não consegue arranjar parceiros(adultos/os)	,000	,000	,001	,000	,000	,000	,253	,003	,000	,000	,002	,013	,000	,052	,018	,000	,001	,032	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
11- Se uma criança/adolescente só se queixa do abuso muito mais tarde, então ele provavelmente não existiu	,000	,000	,555	,000	,089				,000	,000	,000	,569	,006	,052	,508	,000	,050	,113	,000	,000	,000	,000	,118	,000	,000
12- As adolescentes levam homens mais velhos a abusar delas	,000	,000	,051	,000	,001	,010	,000	,079	,017	,010	,040	,698	,008	,024	,609	,000	,022	,103	,000	,000	,000	,000	,002	,000	,002
13- Só com crianças pequenas é que se pode falar de abuso. Se um(a) adolescente se envolve com alguém mais velho, a culpa é sua	,000	,000	,272	,000	,000	,000	,000	,778	,000	,000	,000	,959	,000	,000	,939	,000	,001	,002	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
14- Se o abusador tiver magoado a criança/adolescente o abuso é pouco grave	,000	,000	,027	,000	,492				,477				,017	,806	,011	,030	,072	,845	,000	,000	,000	,000	,027	,000	,000
15- só se pode falar de abuso se a criança/adolescente resistir fisicamente	,000	,000	,032	,000	,858				,098				,000	,006	,444	,000	,000	,716	,000	,000	,000	,000	,117	,000	,000
16- A maioria das queixas de abuso sexual são falsas	,000	,000	,008	,000	,000	,000	,000	,361	,000	,000	,048	,259	,000	,000	,515	,000	,003	,078	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
17- Se não tiver havido penetração, então o abuso é pouco grave	,000	,000	,048	,000	,000	,000	,001	,548	,000	,000	,007	,920	,000	,063	,057	,000	,002	,004	,000	,000	,000	,000	,001	,000	,000

Tabela 4: Sistematização dos resultados da ECVC, por concelho e grupo-alvo A e B, dos testes de hipóteses *Kruskal-Wallis* e *Mann-Whitney*

Escala de Crenças sobre Violência Conjugal	Baião			Castelo de Paiva			Cinfães			Espinho			Oliveira de Azeméis						
	Grupo-Alvo A			Grupo-Alvo A			Grupo-alvo A			Grupo-Alvo A			Grupo-Alvo A						
	Asymp. Sig.			Asymp. Sig.			Asymp. Sig.			Asymp. Sig.			Asymp. Sig.						
	KW	Mann-Whitney		KW	Mann-Whitney		KW	Mann-Whitney		KW	Mann-Whitney		KW	Mann-Whitney					
1- O problema dos maus tratos dentro do casamento afecta uma pequena percentagem da população	,000	,001	,004	,000	,000	,692	,000	,012	,509	,000	,000	,002	,000	,000	,441	,000	,000	,000	
2- Os maus tratos ocorrem apenas em famílias de baixo nível educacional e económico	,012	,004	,269	,000	,000	,478	,000	,752	,000	,000	,034	,492	,000	,000	,070	,000	,000	,000	
3- Os maus tratos só ocorrem quando há outros problemas dentro da família	,000	,000	,948	,000	,000	,014	,000	,867	,000	,000	,000	,212	,000	,000	,908	,000	,000	,000	
4- O mais importante para as crianças é que a família permaneça unida, mesmo quando há violência no casal	,000	,005	,005	,001	,004	,373	,000	,305	,000	,000	,027	,015	,000	,000	,124	,000	,000	,000	
5- É a ideia de as mulheres quererem tantos direitos como os homens que causa problemas entre o casal	,124	-----	-----	,000	,122	,000	,001	,076	,002	,037	,021	,551	,000	,086	,000	,000	,000	,000	,373
6- A causa da violência é o abuso de álcool	,000	,000	,597	,000	,000	,161	,000	,662	,000	,000	,000	,050	,000	,000	,913	,000	,000	,000	,000
7- A preocupação com a situação das mulheres que são maltratadas no casamento só serve para separar as famílias	,031	,942	,040	,010	,000	,794	,001	,319	,003	,001	,630	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,506
8- Os homens batem nas mulheres apenas quando estão de cabeça perdida	,000	,000	,595	,000	,000	,326	,000	,957	,000	,000	,962	,000	,000	,000	,052	,000	,000	,000	,385
9- Se as mulheres se portarem como boas esposas não serão maltratadas	,398	-----	-----	,000	,000	,006	,000	,010	,000	,001	,521	,000	,000	,000	,035	,000	,000	,000	,014
10 - Os homens passam a agredir as mulheres porque se envolvem em relações extra-conjugais	,090	-----	-----	,000	,000	,476	,000	,865	,000	,035	,026	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,135
11- Um(a) parceiro(a) infiel merece ser maltratado	,011	,024	,861	,005	,001	,771	,000	,459	,000	,018	,543	,000	,000	,000	,149	,000	,000	,000	,001

12- Se o meu (minha) parceiro(a) me insulta, tenho razões para o(a) agredir	,058	,001	,800	,000	,000	,000	,000	,040	,032	,000	,000	,767	,002	,016	,004	,095	,418	,000	,001	,004	,440	,000	,000	,031	,012
13- Algumas mulheres merecem que lhes batam	,000	,001	,800	,000	,000	,000	,000	,000	,246	,000	,000	,001	,717	,004	,001	,272	,052	,002	,001	,021	,903	,000	,000	,009	,000
14- Um homem tem o direito de castigar a mulher se ela faltar ao cumprimento dos seus deveres conjugais	,023	,246	,172	,004	,329	,137	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,024	,045	,012	,393	,109	,290	,041	,160	,000	,000	,405	,000
15- Em casos de violência conjugal, a polícia deve apenas tentar acalmar os ânimos e reconciliar o casal	,072	,000	,000	,000	,010	,076	,000	,004	,014	,000	,000	,000	,000	,001	,037	,000	,032	,000	,000	,000	,018	,000	,000	,000	,020
16- Dar uma bofetada à(o) parceira(o) quando se está aborrecido ou irritado é normal, é uma coisa sem gravidade	,001	,048	,001	,029	,175	,102	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,769	,000	,000	,399	,000	,000	,000	,499	,000	,000	,000	,000
17- A violência conjugal é um assunto privado. Deve ser resolvido em casa	,000	,000	,418	,000	,000	,000	,000	,001	,844	,000	,000	,001	,470	,000	,000	,004	,138	,000	,005	,000	,002	,000	,000	,000	,002
18- Os insultos são normais entre um casal	,001	,117	,061	,000	,000	,000	,000	,000	,025	,000	,000	,000	,634	,005	,002	,020	,692	,000	,000	,000	,117	,000	,000	,000	,438
19- Uma mulher deve retirar a queixa de maus tratos contra o marido sempre que este lhe peça desculpa pelo que fez	,027	,398	,015	,030	,091	,600	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,248	,000	,000	,000	,000	,006	,000	,011	,000	,000	,000	,034
20- Se as pessoas permanecem numa relação violenta, é porque merecem a situação em que vivem	,003	,370	,002	,005	,008	,004	,000	,005	,335	,004	,001	,082	,676	,038	,010	,137	,426	,000	,006	,000	,045	,000	,000	,899	,000
21- Entre marido e mulher ninguém deve "meier a colher"	,000	,000	,131	,000	,000	,000	,000	,000	,218	,000	,000	,001	,036	,000	,000	,001	,176	,000	,000	,000	,515	,000	,000	,000	,000
22- Uma bofetada não magoa ninguém	,017	,320	,008	,027	,000	,330	,000	,000	,483	,000	,000	,000	,000	,041	,032	,033	,683	,082	,000	,000	,005	,002	,797	,022	,000
23- Algumas mulheres fazem os homens "perder a cabeça" e, por isso, é natural que eles lhes batam	,014	,073	,436	,003	,000	,000	,000	,000	,706	,000	,001	,000	,129	,002	,001	,004	,784	,002	,012	,001	,000	,000	,000	,000	,853
24- Maridos e mulheres sempre se bateram. É natural e não tem nada de mal.	,001	,097	,000	,013	,122	,146	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,429	,000	,000	,000	,021	,007	,007	,017	,000	,007	,013	,000
25- É mais aceitável um homem bater na mulher do que o contrário	,543	,000	,000	,000	,129	,175	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,325	,000	,000	,000	,010	,682	,009	,003	,211	,000	,000	,000

9- Se uma rapariga já foi abusada antes, então é natural que outros homens também abusem dela	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,080	-----	-----	-----	,819	-----	-----	-----
10 – Se alguém abusa sexualmente de uma criança/adolescente é porque não consegue arranjar parceiras(os)/adultas(os)	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,052	,018	,952	,052	,018	-----	-----
11- Se uma criança/adolescente só se queixa do abuso muito mais tarde, então ele provavelmente não existiu	,000	,000	,989	,000	,000	,006	,001	,052	,508	,236	-----	-----	-----	-----
12- As adolescentes levam homens mais velhos a abusar delas	,000	,000	,000	,000	,000	,008	,003	,024	,609	,206	-----	-----	-----	-----
13- Só com crianças pequenas é que se pode falar de abuso. Se um(a) adolescente se envolve com alguém mais velho, a culpa é sua	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,939	,001	,000	,026	,340	-----
14- Se o abusador tiver magoado a criança/adolescente o abuso é pouco grave	,000	,000	,023	,000	,000	,017	,016	,806	,011	,350	-----	-----	-----	-----
15- só se pode falar de abuso se a criança/adolescente resistir fisicamente	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,006	,444	,307	-----	-----	-----	-----
16- A maioria das queixas de abuso sexual são falsas	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,515	,002	,001	,209	,086	-----
17- Se não tiver havido penetração, então o abuso é pouco grave	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,063	,057	,200	-----	-----	-----	-----

Tabela 6: Sistematização dos resultados da ECVC, no total, dos grupo-alvo A e B, dos testes de hipóteses *Kruskal-Wallis* e *Mann-Whitney*.

Escala de Crenças sobre Violência Conjugal	ECVC – Total										
	Grupo-Alvo A					Grupo-alvo B					
	Asymp. Sig.					Asymp. Sig.					
	KW	Mann-Whitney			2-3	KW	Mann-Whitney			2-3	
	1-2	1-3	2-3		1-2	1-3	2-3		1-2	1-3	2-3
1- O problema dos maus tratos dentro do casamento afecta uma pequena percentagem da população	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,002
2- Os maus tratos ocorrem apenas em famílias de baixo nível educacional e económico	,000	,000	,000	,000	,006	,002	,034	,492			
3- Os maus tratos só ocorrem quando há outros problemas dentro da família	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,212			
4- O mais importante para as crianças é que a família permaneça unida, mesmo quando há violência no casal	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,027	,015			
5- É a ideia de as mulheres quererem tantos direitos como os homens que causa problemas entre o casal	,000	,000	,000	,002	,034	,037	,021	,551			
6- A causa da violência é o abuso de álcool	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,050			
7- A preocupação com a situação das mulheres que são maltratadas no casamento só serve para separar as famílias	,000	,000	,000	,487	,001	,003	,001	,630			
8- Os homens batem nas mulheres apenas quando "estão de cabeça perdida"	,000	,000	,000	,020	,000	,000	,000	,962			
9- Se as mulheres se portarem como boas esposas não serão maltratadas	,000	,000	,000	,002	,001	,003	,001	,521			
10 – Os homens passam a agredir as mulheres, porque se envolvem em relações extra-conjugais	,000	,000	,000	,245	,000	,035	,000	,026			
11- Um(a) parceiro(a) infiel merece ser maltratado	,000	,000	,000	,000	,018	,004	,071	,543			

12- Se o meu (minha) parceiro(a) me insulta, tenho razões para o(a) agredir	,000	,000	,037	,000	,016	,004	,095	,418
13- Algumas mulheres merecem que lhes batam	,000	,000	,000	,000	,004	,001	,272	,052
14- Um homem tem o direito de castigar a mulher se ela faltar ao cumprimento dos seus deveres conjugais	,000	,000	,987	,000	,024	,045	,012	,393
15- Em casos de violência conjugal, a polícia deve apenas tentar acalmar os ânimos e reconciliar o casal	,000	,000	,000	,026	,001	,037	,000	,032
16- Dar uma bofetada à(o) parceira(o) quando se está aborrecido ou irritado é normal, é uma coisa sem gravidade	,722	-----	-----	-----	,769	-----	-----	-----
17- A violência conjugal é um assunto privado. Deve ser resolvido em casa	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,004	,138
18- Os insultos são normais entre um casal	,000	,000	,000	,167	,005	,002	,020	,692
19- Uma mulher deve retirar a queixa de maus tratos contra o marido sempre que este lhe peça desculpa pelo que fez	,000	,000	,001	,028	,248	-----	-----	-----
20- Se as pessoas permanecem numa relação violenta, é porque merecem a situação em que vivem	,000	,000	,320	,000	,038	,010	,137	,426
21- Entre marido e mulher ninguém deve "meter a colher"	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,001	,176
22- Uma bofetada não magoa ninguém	,000	,000	,212	,057	,041	,032	,033	,693
23- Algumas mulheres fazem os homens "perder a cabeça" e, por isso, é natural que eles lhes batam	,000	,000	,000	,233	,002	,001	,004	,784
24- Maridos e mulheres sempre se bateram. É natural e não tem nada de mal.	,001	,026	,097	,000	,429	-----	-----	-----
25- É mais aceitável um homem bater na mulher do que o contrário	,146	-----	-----	-----	,325	-----	-----	-----

Resultados da avaliação dos Grupos Alvo A e B

A. Concelho de Baião

Com base nos resultados expressos pelo teste de hipóteses *Kruskal Wallis* (Tabela 3) na Escala de Crenças sobre Abuso Sexual verificou-se a diferença em tendência central entre as respostas das três fases em análise, pelo que, consideramos pertinente aferir a localização precisa destas diferenças, através do teste de *Mann-Whitney*. Com base nestes procedimentos, podemos afirmar que estas diferenças são estatisticamente mais significativas entre as fases 1 e 2 e as fases 2 e 3.

Efectivamente, a análise deste pressuposto poderá ser complementada pela observação da Tabela 1, uma vez que, por exemplo, a categoria discordo totalmente apresenta uma percentagem de 26,5% na fase prévia à intervenção, 41,4% imediatamente após a intervenção e 29,1% na fase de *follow-up*. Nesta observação torna-se clara a diferença entre as fases 1 e 2, mas a posterior aproximação das fases 1 e 3, apesar do resultado da última fase manter a superioridade face ao valor inicial.

Usando os procedimentos adoptados na análise da escala anterior, na ECVC verificamos que existem diferenças em tendência central em todas as crenças que foram discutidas nas acções de sensibilização e informação, à excepção da crença *Se o meu(minha) parceiro(a) me insulta, tenho razões para o (a) agredir*. Contudo, apesar de algumas das questões não terem sido directamente abordadas, podemos também aferir a mudança estatisticamente significativa entre as fases, nomeadamente nas crenças 7, 16, 19, 22 e 24.

Em conformidade com estes dados, nos resultados globais do questionário (Tabela 1) para o concelho em análise, verifica-se, por exemplo, que na categoria **discordo totalmente**, as percentagens da 1ª, 2ª e 3ª fases são, respectivamente, 12,7%, 30,3% e 24,5% e na categoria **concordo** assumem as percentagens de 16,3%, 10,3% e 12,5%, reiterando, no global, a percepção do impacto percebido após a intervenção.

B. Concelho de Castelo de Paiva

Verificada a diferença em tendência central entre as três fases de aplicação dos questionários na maioria das representações sociais analisadas na ECAS (Tabela 3), os resultados complementares do teste de *Mann-Whitney* traduzem diferenças significativas, sobretudo, entre as fases 1 e 2 e entre as fases 1 e 3.

Na ECVC, o retrato apresentado pelos resultados do *Kruskal-Wallis* (Tabela 4) é a existência de diferenças significativas entre todos os itens trabalhados em contexto de intervenção, à excepção do item 14 *Um homem tem o direito de castigar a mulher se ela faltar ao cumprimento dos seus deveres conjugais*. Apesar de alguns mitos não terem sido abordados de forma directa, verificou-se a ocorrência de diferenças significativas nos seguintes: 5, 7, 9, 10, 15 e 22.

Com base nos resultados do teste *Mann-Whitney* podemos afirmar que as diferenças em tendência central se localizam entre as fases 1 e 2 e as fases 1 e 3.

Reiterando estes dados, neste concelho é interessante verificar que nas categorias **discordo** e **concordo** existe uma evolução positiva da discordância e da concordância com os temas apresentados, não se verificando o retrocesso habitual após três a quatro meses da intervenção. A título de exemplo, nas frequências das categorias de resposta da ECVC, existe evolução crescente na categoria **discordo** — 27,7% 32,9% e 39,5% — e uma evolução decrescente na categoria **concordo** — 7,3%, 3,4% e 2,9%. Na ECAS também é possível verificar, para as mesmas categorias, este registo de frequências.

C. Concelho de Cinfães

Grupo-alvo A

Com base na análise da Tabela 3, os resultados do *Kruskal-Wallis* permitem concluir a existência de diferenças em tendência central entre os diferentes momentos de avaliação na maioria dos itens da ECAS. No entanto, será relevante elencar as representações onde esta diferença não foi estatisticamente significativa: itens 4, 6, 8 14 e 15. Salientamos, contudo, a não discussão directa da crença 8 no contexto de sensibilização.

Numa análise emparelhada das fases, os resultados do teste *Mann-Whitney* traduzem diferenças mais significativas entre as fases 1 e 2 e as fases 1 e 3.

A leitura da Tabela 2 revela a existência de diferenças significativas entre os resultados das três fases de aplicação da ECVC em todos os mitos abordados nas acções, excepto no item 14 *Um homem tem o direito de maltratar a mulher se esta faltar ao cumprimento dos seus deveres conjugais*.

Com base nos resultados do *Mann-Whitney* as diferenças em tendência central parecem mais localizadas entre as fases 1 e 2 e as fases 1 e 3.

Através da análise da Tabela 1, as frequências de respostas da ECAS, revelam um aumento da discordância entre a fase prévia e posterior à intervenção, de 25% para 32,4%, e um ligeiro decréscimo no *follow-up* (27%); nas respostas à ECVC, verifica-se um aumento da discordância após a intervenção, de 25,8% para 33,1%, e um aumento, ainda que não muito significativo, na passagem para a terceira fase (34,4%). Estes indicadores parecem reforçar os resultados entre as duas fases finais, ou seja, a semelhança em tendência central entre as fases 2 e 3 (Tabela 4).

Grupo-alvo B

Os resultados apresentados na Tabela 3 relativos ao teste de hipóteses *Kruskal Wallis*, apontam para diferenças estatisticamente significativas entre todas as representações da ECAS, à excepção na crença *Se uma rapariga já foi abusada antes, então é natural que outros homens também abusem dela*. Será interessante referir que as diferenças verificadas foram reconhecidas também na crença 8, ou seja, num tópico não discutido de forma directa nas acções.

Numa análise emparelhada das fases da ECAS, o teste de *Mann-Whitney* revela, tal como na análise dos concelhos anteriores, que as diferenças estatisticamente mais significativas continuam mais evidentes nas fases 1 e 2 e nas fases 1 e 3.

No que concerne aos resultados da ECVC, em todos os itens discutidos em contexto de intervenção identificam-se, pela análise dos dados do *Kruskal Wallis*, diferenças em tendência central entre as três fases de intervenção, nomeadamente, entre as fases 1 e 2 e as fases 1 e 3. Estas diferenças são também estatisticamente significativas em quase todas as representações que não foram discutidas nas acções.

A análise das tabelas 1 e 2, permite reconhecer na terceira fase de aplicação dos questionários, ou seja, a médio prazo, valores muito elevados de discordância com os mitos em estudo.

D. Concelho de Espinho

A leitura da Tabela 3, denuncia a existência de diferenças significativas nas respostas à ECAS nas três fases distintas de aplicação em todas as representações, excepto no mito *A maioria das queixas de abuso sexual são fantasias da criança/adolescente*, sendo que estas diferenças em tendência central se localizam, em essencial, entre as fases 1 e 2 e as fases 1 e 3.

Através dos dados apresentados na Tabela 4, reflexo da existência ou não de diferenças em tendência central nas fases de aplicação da ECVC, podemos, no geral, reconhecer que o impacto da intervenção realizada é denunciado pela quase totalidade das representações sociais em análise, com a ressalva de três mitos, dois dos quais não foram alvo de reflexão directa durante a intervenção. Contudo, importará referir que no mito *Um homem tem o direito de castigar a mulher se ela faltar ao cumprimento dos seus deveres conjugais*, alvo de reflexão nas acções, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas e que este resultado parece ser comum a outros concelhos.

A análise das tabelas 1 e 2 possibilita a percepção da semelhança entre o percurso dos resultados nas duas escalas em estudo: o aumento do nível de discordância total da primeira fase para a segunda fase — na ECAS de 28,8% para 44,0% e na ECVC de 23,8% para 31,2% —, finalizando com uma diminuição expressa através dos valores de 32,7% na ECAS e de 28,7% para a ECVC. Mais uma vez, estes indicadores não regridem até aos valores registados numa fase prévia à intervenção.

De salientar, que também os níveis de concordância com as crenças se aproximam dos valores desejados pelos objectivos da intervenção, ou seja, na ECAS, a evolução registada entre a 1ª, 2ª e 3ª fases, por exemplo, na categoria **concordo**, foi respectivamente 9,1%, 4,1% e 5,5%, enquanto que na ECVC foi 14,9%, 8,9%, 8,7%.

F. Concelho de Oliveira de Azeméis

Os resultados do teste de hipóteses *Kruskal Wallis* sistematizados na Tabela 3, revelam que em todas as questões da ECAS existem diferenças estatisticamente significativas entre as três fases de aplicação dos questionários, inclusivamente no item 8, tópico não directamente discutido na acção.

Considerando pertinente a análise das diferenças entre as fases 1 e 2, 2 e 3 e 1 e 3, os resultados do teste *Mann-Whitney* apontam, na sua maioria, para diferenças em tendência central entre as fases 1 e 2 e as fases 2 e 3.

Relativamente à ECVC, os dados da Tabela 4 sinalizam a existência de diferenças significativas em tendência central em todas as questões abordadas, inclusivamente, na maioria dos tópicos que não foram discutidos directamente nas acções.

Os resultados do teste *Mann-Whitney*, evidenciam, entre fases, diferenças mais acentuadas em tendência central entre as fases 1 e 2, em todos os itens discutidos em contexto de intervenção, e nas as fases 1 e 3, também em todos os itens discutidos, à excepção do item 20 *Se as pessoas permanecem numa relação violenta é porque merecem a situação em que vivem*.

As frequências das respostas apresentam o esquema que parece ser o mais frequente entre os cinco concelhos em análise: para a ECAS, por exemplo, os valores do nível de discordância total das fases 1, 2 e 3 são, respectivamente, 26,4%, 40,5% e 27,7% e para a ECVC 20,3%, 29% e 25,9%, ou seja, verifica-se um aumento da discordância imediatamente após a intervenção e uma ligeira redução a médio prazo, apesar de não regredir até aos valores prévios à intervenção.

Investindo numa análise mais individualizada do grupo A, com vista a sistematizar os resultados das respostas ao conjunto de crenças integradas na ECAS, podemos concluir que, numa fase prévia à intervenção, a maior frequência de respostas se situa nas categorias **discordo totalmente**, **discordo** e **não concordo nem discordo**, expressando, respectivamente, as percentagens de 26,8%, 31,6% e 26,6%. De facto, apesar das categorias de concordância assumirem valores relativamente baixos (concordo=10,6% e concordo totalmente=3,6%), os níveis de indefinição da resposta apresentam valores muito semelhantes aos de discordância total, expressos através de uma diferença de apenas 0,2%. (Tabela X)

Na segunda fase, ou seja, imediatamente após a intervenção, os valores mais elevados denunciam algumas alterações: os valores de discordância total elevam-se para 39,5% e os de discordância para 35,1%. Todavia, e como seria desejável, os níveis de indefinição baixam para 18,5%, os níveis de concordância para 4,9%, e os níveis de concordância total para 1,7%.

Na ECVC, a análise global da percentagem das respostas efectuadas aponta, na primeira fase, para valores elevados e muito próximos nas categorias **discordo** (26,0%) e **não concordo nem discordo** (28,9%), e para valores mais baixos na categoria **concordo totalmente** (6,3%).

Na segunda fase verifica-se uma deslocação dos valores mais elevados para as categorias **discordo** e **discordo totalmente**, respectivamente com os valores, 32,9% e 28,7%. Os valores mais baixos mantêm-se na categoria **concordo totalmente** (3,4%).

A médio prazo da intervenção, os valores parecem retroceder, expressando valores menores de discordância. Todavia, estes resultados, tal como na ECAS, não chegam a atingir os valores registados na fase prévia à intervenção (discordo: 29,10% e não concordo nem discordo: 28%).

Resultados da avaliação do Grupo- Alvo C

A análise do impacto da intervenção realizada junto dos profissionais de Educação incidiu sobre dois elementos de avaliação: as respostas à Escala de Crenças sobre Abuso Sexual e as respostas a um caso prático, em momentos prévios e posteriores à realização da intervenção.

De uma forma geral, com base na análise da tabela 5, que estabelece um paralelo entre os resultados dos diferentes grupos, e nos resultados do teste de hipóteses *Kruskal-Wallis* é possível constatar que são relativamente poucas as crenças em que existe uma diferença estatisticamente significativa entre as três fases de aplicação da escala. Aliás, estes resultados não são surpreendentes, uma vez que ao longo da introdução dos dados foi possível perceber que o ponto de partida relativamente à discordância com os mitos apresentados era, apriori e no geral, elevada.

Perante estes resultados, consideramos pertinente aferir a localização precisa destas diferenças, através do teste de *Mann-Whitney*. As diferenças em tendência central foram mais significativas entre as fases 1 e 2, ou seja, entre a fase prévia e imediatamente após a intervenção.

Tabela 7 : Frequência e percentagem das categorias de respostas à ECAS, no total, no grupo-alvo C

ECAS : Escala de Crenças sobre Abuso Sexual								
Grupo-Alvo C	Fase	Resposta Anulada	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Total
	1º Fase	0 0,0%	1705 50,6%	1416 41,9%	207 6,1%	39 1,2%	6 0,2%	3373 100,0%
	2ª Fase	0 0,0%	1017 60,5%	594 35,4%	53 3,2%	14 0,8%	2 0,1%	1680 100,0%
	3ª Fase	0 0,0%	658 56,2%	451 38,5%	51 4,4%	10 0,7%	2 0,2%	1172 100,0%
	Total	0 0,0%	3380 54,3%	2461 39,5%	311 5,0%	63 1,0%	10 0,2%	6225 100,0%

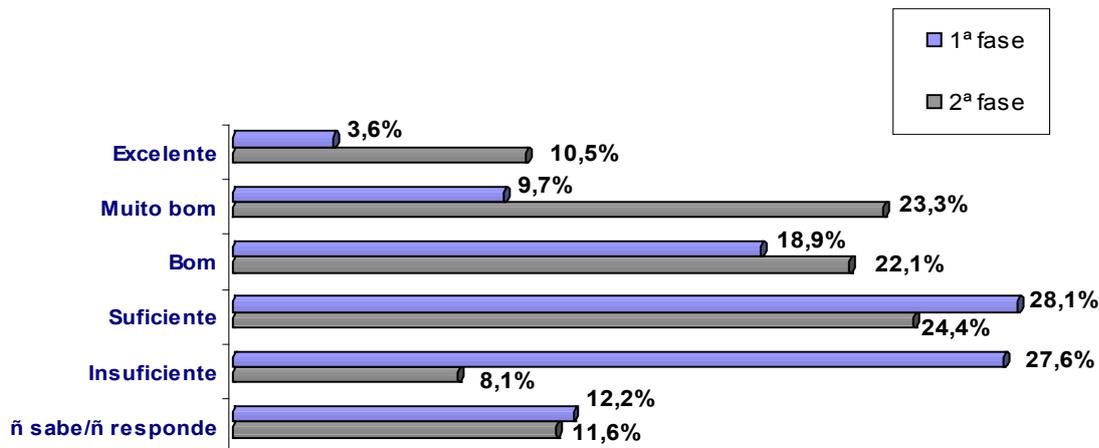
Com efeito, com base na leitura da tabela acima apresentada é possível visualizar que a frequências das respostas **discordo totalmente** e **discordo** foram, num momento prévio à intervenção bastante elevadas, respectivamente, 50,6% e 41,9%. Imediatamente após a realização da acção de sensibilização e informação sobre Violência Doméstica e Violência Sexual, os níveis de discordância total indicam uma elevação, que se manteve a médio-prazo.

Tabela 8: Resultados do teste de hipóteses *Mann-Whitney*, com vista à verificação das diferenças entre as fases 1 e 2 na avaliação das respostas às questões do caso prático efectuadas pelos profissionais de educação.

Questões Caso Prático	Profissionais de Educação
	Asymp. Sig.
	<i>Mann-Whitney</i> 1-2
1- Indícios de vitimação	,000
2- Factores de risco nos pais	,059
3- Factores de risco na criança/ adolescente	,000
4- Plano de Acção	,009

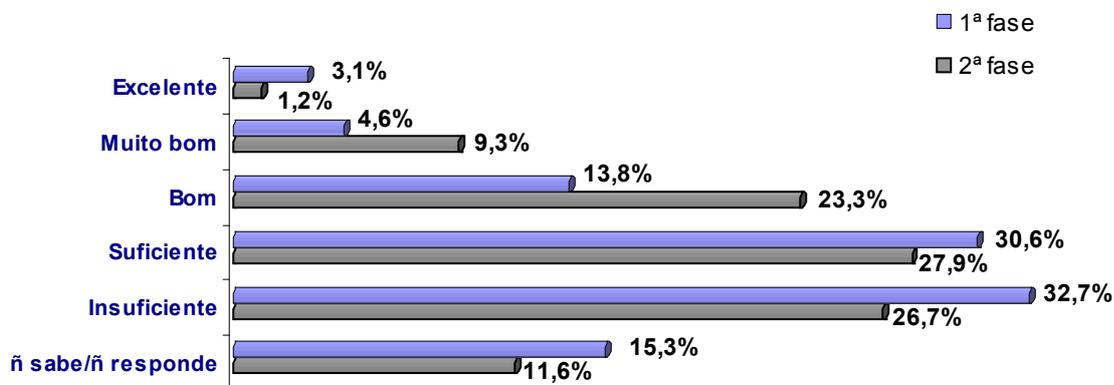
A leitura da tabela que sistematiza os resultados da aplicação do teste de *Mann-Whitney* para aferir a existência de diferenças estatisticamente significativas entre as fases 1 e 2, nas respostas dos Profissionais de Educação ao Caso Prático mostra a existência de diferenças em tendência central nas questões 1, 3 e 4. Na questão 2, as diferenças não são estatisticamente significativas.

Gráfico 12: Percentagem de respostas na Questão 1: Indícios de Vitimação no contexto escolar



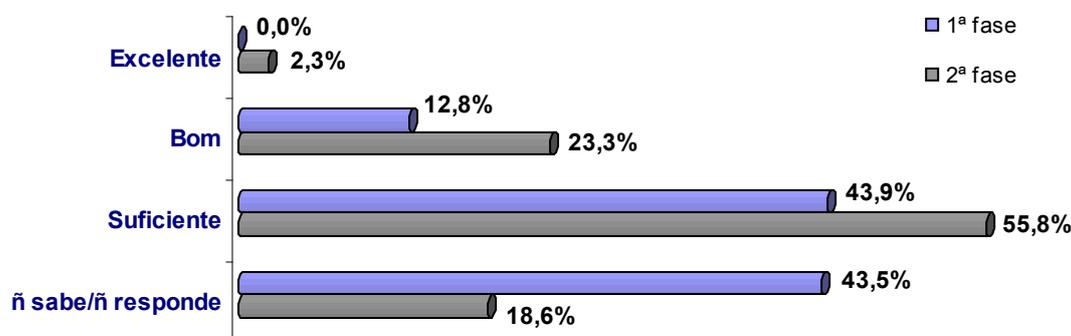
Neste gráfico é possível verificar que na fase posterior à intervenção, os níveis de identificação dos indícios de vitimação no contexto escolar, parecem adquirir uma maior consistência. Na primeira fase de aplicação do caso prático, as classificações de avaliação que se destacam são as categorias **Insuficiente** (27,6%) e **Suficiente** (28,1%). No momento posterior à intervenção, as classificações mais positivas elevam-se (Excelente: de 3,6% para 10,5%; **Muito Bom**: de 9,7% para 23,3%; **Bom**: de 18,9% para 22,1. Verifica-se um decréscimo considerável do Insuficiente (de 27,6% para 8,1%).

Gráfico 13: Percentagem de respostas na Questão 2: Factores de risco nos pais



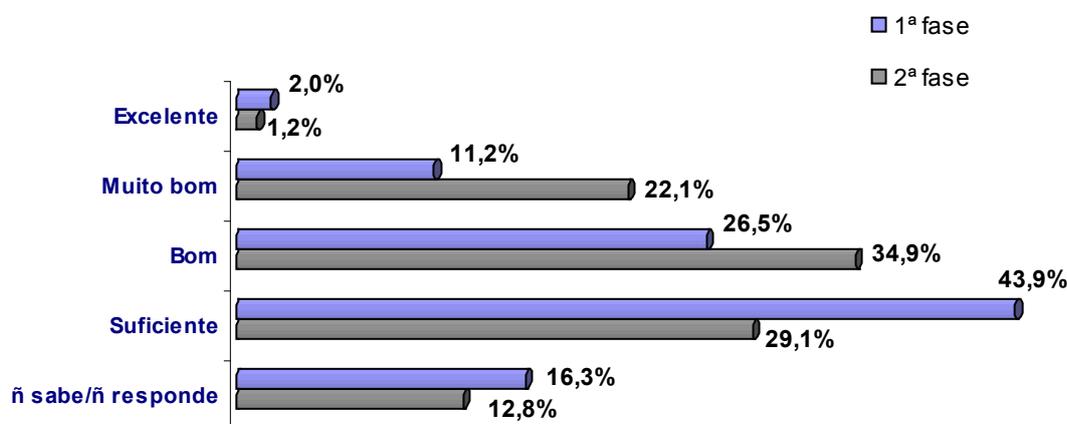
No que concerne ao reconhecimento dos factores de risco nos pais para a ocorrência de violência na família, os resultados apontam para um aumento dos factores de risco correctamente identificados, após a intervenção. Num primeiro momento, as classificações que se destacam são as categorias **Suficiente** (30,6%) e **Insuficiente** (32,7%), enquanto que na segunda fase de análise estas categorias decrescem para valores, respectivamente, de 27,9% e 26,7%); por outro lado, as classificações **Muito Bom** e **Bom** aumentam (Muito Bom: de 4,6% para 9,3%; Bom: de 13,8% para 23,3%).

Gráfico 14: Percentagem de respostas na Questão 3: Factores de risco nas crianças/adolescentes



No que concerne aos resultados da questão 3 que avalia o conhecimento dos factores de risco nas crianças/adolescentes, o gráfico acima apresentado permite visualizar que quer na fase prévia à intervenção quer na fase posterior, a categoria de classificação **Suficiente** apresenta os valores mais elevados. Contudo, no momento posterior à acção, os valores das classificações **Excelente** e **Bom** elevam-se (Excelente: de 0,0% para 2,3%; Bom: de 12,8% para 23,3%). Será importante referir que apesar de se verificar um decréscimo acentuado na categoria **Não sabe/Não responde** estes valores mantêm-se bastante mais elevados do que nas questões anteriores.

Gráfico 15: Percentagem de respostas na Questão 4: Plano de intervenção



Relativamente à questão 4, que avalia o Plano de Intervenção realizado, o gráfico revela que na 1ª fase a classificação **Suficiente** é a que tem valores mais elevados (43,9%). No entanto, na fase posterior à acção de sensibilização e informação existe um aumento dos valores das categorias **Muito Bom** e **Bom** (Muito Bom: de 11,2% para 22,1%; Bom: de 26,5% para 34,9%). Torna-se pertinente referir que, apesar de na 2ª fase existir um decréscimo do valor da classificação Suficiente esta mantém-se elevada.

No que concerne à leitura dos resultados do caso prático, de um modo geral, verificou-se uma diferença estatisticamente significativa entre as duas fases de aplicação do instrumento, à excepção da questão dois, direccionada para os factores de risco nos pais para a ocorrência de violência na família onde, aparentemente, esta diferença não parece tão óbvia.

A frequência das respostas efectuadas traduzem os resultados dos testes de hipóteses: de um modo geral, na primeira fase, há uma prevalência dos resultados **Insuficiente** e **Suficiente**, enquanto que, após a intervenção, os valores se deslocam para **Suficiente**, **Bom** e **Muito Bom**; esta evolução é mais notória nos indicadores de vitimação e no plano de intervenção.

O caso prático apresenta uma clara vantagem relativamente à Escala de Crenças sobre Abuso Sexual uma vez que avalia a apreensão de conteúdos que foram abordados de uma forma muito directa e bastante sistematizada.

AVALIAÇÃO DOS RECURSOS FACE AOS RESULTADOS

O Projecto IUNO – *sensibilização e informação sobre violência doméstica e sexual*, assente no pressuposto base da prevenção, enquadrou-se na janela de oportunidade criada pelo POEFDS/CIDM que permitia reflectir e experimentar de uma forma formal e em larga escala práticas de acção no contexto escolar. Contudo, as práticas adoptadas reflectiram uma experiência adquirida e sistematizada em publicações como o *Manual Alcipe – para o atendimento de mulheres vítimas de violência*⁹ e o *Manual Core – para o atendimento a crianças vítimas de violência sexual*¹⁰, que serviram como ponto de partida para a análise compreensiva dos temas e para a reflexão das crenças sociais acerca das problemáticas da violência conjugal e da violência sexual.

Com base nesta experiência de projecto, reiteramos cada vez mais a noção de que o contexto escolar se assume como palco privilegiado de intervenção, e projectamos a continuidade de acção neste âmbito como a possibilidade de criarmos mecanismos de maior aproximação a estes contextos. Cada vez mais nos consciencializamos que a prevenção do fenómeno da violência na família é um percurso com uma panóplia de etapas, com um sem número de contornos que tornam cada situação e cada contexto muito particular. Por isso, a dinâmica implementada no trabalho que realizamos se ajusta aos pequenos grupos (turmas) com os quais contactamos e nos obriga a recorrentes reestruturações. A criatividade empregue em cada momento, permitiu tornar cada acção uma acção única, apesar do necessário condicionamento imposto pelos objectivos gerais e específicos segundo os quais nos regemos.

Estamos convictos que a constituição de uma equipa multidisciplinar foi também um instrumento potenciador dessa mesma criatividade, alimentada pela especificidade de cada uma das áreas de formação: o direito, a psicologia, a educação social e a sociologia foram contributos sérios na construção das dinâmicas de intervenção e avaliação utilizadas.

Nesta fase final do projecto, dispomos de aprendizagens mais sistematizadas acerca dos procedimentos a adoptar, o que nos permitiu e permitirá, em diversas situações, antecipar algumas dificuldades no trabalho em campo. Por um lado, porque reconhecemos as vantagens e desvantagens de estarmos a intervir dentro das escolas, por outro lado, porque a experiência de dois anos de trabalho, e as reflexões efectuadas nos dotaram de competências mais específicas no trabalho com a comunidade escolar.

O investimento realizado no processo de avaliação e que nos possibilitou estabelecer um paralelo entre as fases anteriores e posteriores à intervenção, permitiu-nos consolidar abordagens de prevenção junto dos grupos-alvo seleccionados para este projecto. Com efeito, a análise dos resultados das acções de sensibilização e informação aponta por um lado, para a diminuição da concordância com as representações sociais acerca da violência doméstica e da violência sexual e, por outro lado, no que concerne aos profissionais de educação, para um conhecimento mais consistente acerca de indicadores de vitimação, dos factores de risco nos pais e nas crianças e adolescentes e para uma maior consciência do papel activo da escola e das entidades com competência em matéria de infância e juventude.

⁹ Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; Projecto Alcipe (2000). *Manual Alcipe. Para o atendimento de mulheres vítimas de violência*. Portugal. APAV

¹⁰ Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; Projecto Core (2002). *Manual Core. Para o atendimento de crianças vítimas de violência sexual*. Portugal. APAV

Um outro indicador positivo dos resultados da passagem do Projecto IUNO foi também o aumento de pedidos de sensibilização e informação realizados por escolas de outros concelhos ou de anos lectivos não incluídos nos grupos-alvo do projecto. A partilha dos resultados do contacto com o projecto intra e inter escolas assumiu-se como um elemento de divulgação importante. Todavia, na impossibilidade de dar resposta aos inúmeros pedidos, estes foram sendo encaminhados para os Gabinetes de Apoio à Vítima mais próximos da área de solicitação.

Em suma, avaliamos a nossa intervenção neste projecto como totalmente ajustada aos objectivos traçados, percebemos o nosso desempenho como consistente face à necessidade de (re)criar abordagens diferentes com os grupo-alvo, apelando ao sentido crítico, à capacidade de análise e ao desafio do senso comum e das ideias feitas. Assumimos a expectativa de ver resultados a curto, médio e longo prazo e, nesse sentido, investimos na aproximação a este contextos, quer através de estruturas mais macro, como a Direcção Regional de Educação do Norte/ Ministério da Educação, quer através do intercâmbio mais individualizado que estabelecemos com os grupos junto dos quais intervimos. Procuramos, desta forma, a continuidade após a intervenção, seja esta continuidade assente na disponibilidade que oferecemos para uma real aproximação ou no eco do que dissemos e que tentamos fazer perdurar através dos cartazes e panfletos que disseminamos nas escolas.

Disseminação de práticas e resultados

Em apelo à disseminação dos resultados do projecto, ao eco que pretendemos elevar e com vista a celebrar a rede de contactos construída com técnicos e instituições, fazemos um parêntesis para a apresentação do **Seminário IUNO: resultados e práticas de prevenção e intervenção**, que será cenário da apresentação dos resultados do Projecto IUNO, e que terá lugar no dia 22 de Novembro de 2005, na Fundação Engenheiro António de Almeida.

Esta iniciativa contará com a participação e comunicações das parcerias do projecto — Direcção Regional de Educação do Norte/Ministério da Educação, Departamento de Psicologia da Universidade do Minho e Fundação da Juventude — e de duas especialistas pertencentes a organizações de apoio à vítima da Bélgica e da Escócia, que fomentarão a reflexão conjunta acerca de estratégias de prevenção da vitimação em crianças e adolescentes, nomeadamente em contexto escolar.

Este espaço foi aberto à participação de outros projectos inscritos no mesmo âmbito de financiamento que o Projecto IUNO, às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, a todas as escolas da área educativa da Direcção Regional de Educação do Norte e, em particular, às escolas junto das quais intervimos, a profissionais das áreas da educação e das ciências humanas e sociais e a todas as pessoas, técnicos e instituições que considerem relevante a sua participação nesta iniciativa.

No momento de finalização deste relatório final de actividades, coincidente com a fase de preparação do Seminário IUNO, podemos contabilizar os apoios da Fundação Engenheiro António de Almeida, que acolherá graciosamente o seminário nas suas instalações, da Caixa Geral de Depósitos, da Delta Cafés e do Hotel Le Meridien Atlantic Park Porto.

CONCLUSÕES

O trabalho realizado no âmbito do Projecto IUNO insere-se numa lógica de prevenção integrada num plano mais vasto de intervenção da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. A sistematização de procedimentos de prevenção primária e secundária em algumas áreas da vitimação assume-se nesta fase como um investimento paralelo ao que tem vindo a ser realizado na prevenção terciária junto de vítimas de crime.

Com efeito, a sistematização de procedimentos de atendimento à vítima de crime, com vista a um apoio qualificado e humanizado do indivíduo que busca respostas de ajuda nos Gabinetes de Apoio à Vítima dão mostras de manobras de acção na área da prevenção terciária: o apoio jurídico, psicológico e social de indivíduos vítimas de crime

Contudo, apesar de reconhecermos que a prevenção terciária ou remediativa se assume como uma etapa absolutamente indispensável, queremos tornar sólidos os passos a dar na prevenção que tem lugar e que desenvolve mecanismos e esforços antes da vitimação, antes do crime, antes do problema instalado.

Neste sentido, a comunidade escolar tem-se assumido como uma aliada de peso para a realização de planos de acção direccionados para a prevenção de fenómenos de vitimação, nomeadamente, nas áreas da violência doméstica e da violência sexual.

A conjugação de esforços a este nível permite-nos agir por um lado, sobre a população em geral, ou seja, intervir antes do diagnóstico formal de um problema, mas também sobre grupos risco onde a probabilidade de ocorrência de um problema parece mais preocupante. Estes grupos são usualmente sinalizados entre os alunos de escolas integradas em contextos sociais multiproblemáticos ou em turmas apontadas como turmas problemáticas.

Em virtude da multiculturalidade presente na comunidade escolar, é-nos permitido ir de encontro à transversalidade dos fenómenos de vitimação e sensibilizar e informar grupos de actores privilegiados para dirimir a ocorrência dos referidos fenómenos.

Em última instância, os frutos que recolhemos deste trabalho são os instrumentos utilizados, as estratégias sobre as quais reflectimos, as acções que implementamos, o feedback dos alunos e dos profissionais de educação que participaram connosco neste projecto e a rede de contactos que estabelecemos, quer com as entidades parceiras, quer com os estabelecimentos de ensino que nos acolheram.

Os resultados alcançados no primeiro ano deste projecto permitiram-nos uma candidatura de sucesso, no mesmo âmbito de financiamento, a um projecto de continuidade – Projecto IUNO II – que privilegiará da mesma forma a intervenção junto da comunidade escolar e a produtiva articulação com a Direcção Regional de Educação do Norte. As mudanças a salientar são, fundamentalmente, três: 1) a inclusão dos auxiliares de acção educativa; 2) a intervenção junto de Cursos de Educação e Formação; 3) a abordagem das problemáticas da violência no namoro e da violência de género; e 4) o aumento da duração da intervenção

junto dos alunos, passando de 180 minutos para 270 minutos, ou seja, de duas para três acções, com duração de 90 minutos cada.

O ponto de chegada destes dois projectos será a construção de um Manual de Procedimentos de Prevenção, sistematizador de um modelo de intervenção da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, capaz de reunir pressupostos de actuação relevantes para a prática profissional de técnicos que desenvolvam o seu trabalho nas áreas do apoio directo e ou indirecto a vítimas de crime ou que pretendam investir ao nível da prevenção primária e secundária dos fenómenos da violência na família e da violência de género.

Para além de se perspectivar como um instrumento de trabalho da própria APAV, este manual reunirá o conjunto de experiências adquiridas e testadas em contexto de implementação, apresentando-se como uma mais valia para a intervenção ao nível da vitimação.

Não obstante o produto final que em tempo oportuno possa surgir, este Relatório de Actividades do Projecto IUNO pretende ser, desde já, a primeira peça para essa construção.

ANEXOS



panfleto, cartaz, convite do Seminário IUNO, Cartaz do Seminário IUNO

